



# ACTA N.º 1/2009

## **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009**

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro, de dois mil e nove, no auditório do Centro Associativo Municipal de Leiria, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes: José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória, António Febra Presidente da Junta de Freguesia de Maceira, Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, substituído pelo senhor José Pinto Guedes, José Manuel da Cunha Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, substituído por Clarisse Cunha Mendes, José Vieira Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, substituído por Maria Dionísia Rodrigues Marques, Faustino Guerra Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real, substituído por Rui Féteira Gaspar e Paulo Pedro Presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão, substituído por Ventura Tomás Rolo.

Os senhores deputados Carlos André, Ana Elisa Santos, António Sequeira, Maria Isabel Gonçalves, José Augusto Esteves, Leonel Costa, Carlos Gomes Luso, Joaquim Marques, Francisco Francisco e Vitorino Vieira Pereira, fizeram-se substituir, nos termos do n.º 1 do artigo 30º do Regimento, respectivamente por: António Fernandes, Artur Cordeiro, Manuel Batista, Luís Nunes, Carlos Guerra Coelho, Firmino Fonseca, Nuno Santo, Céline Pinheiro, Manuel Gaspar e José Peixoto Henriques. Estiveram ainda ausentes os senhores deputados Paulo Reis, Carlos Poço e Felisberto Gonçalves.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Vítor Lourenço, Fernando Carvalho, Neusa Magalhães, Isabel Gonçalves, Carlos Martins e Lucinda Caleira.



A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelas senhoras deputadas Ana Cristina Branco e Maria de Fátima Sismeiro, 1º e 2º Secretários da Mesa respectivamente.

Havendo quórum, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.05 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
2. RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO AMBIENTE ACÚSTICO MUNICIPAL DE 2007 e 2008 – **Apreciação;**
3. AUDITORIA DA INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS AO “CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL” NO MUNICÍPIO DE LEIRIA – RELATÓRIO DEFINITIVO – **Apreciação;**
4. FINANCIAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS ATÉ AO MONTANTE DE €10.685.800,00 (DEZ MILHÕES, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS EUROS), SENDO €6.411.480,00 (SEIS MILHÕES, QUATROCENTOS E ONZE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA EUROS), CORRESPONDENTES A 60% DO TOTAL DE FINANCIAMENTO, A CONTRATAR JUNTO DE INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO, E €4.274.320,00 (QUATRO MILHÕES, DUZENTOS E SETENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E VINTE EUROS), CORRESPONDENTES A 40% DO TOTAL DE FINANCIAMENTO, A CONTRATAR JUNTO DA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E DAS FINANÇAS, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 191-A/2008, DE 27 DE NOVEMBRO – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO, APLICÁVEL AOS MUNICÍPIOS POR FORÇA DO DISPOSTO NO SEU N.º 1 – **Apreciação, discussão e votação;**
5. TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2009 – **Apreciação, discussão e votação;**
6. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – **Apreciação, discussão e votação;**



7. **AFECTAÇÃO DE IMÓVEL AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, POR INTEGRAÇÃO NO ARRUAMENTO PÚBLICO QUE EFECTUA A LIGAÇÃO FÍSICA ENTRE A RUA EGAS MONIZ E A RUA SERPA PINTO, NA FREGUESIA E CIDADE DE LEIRIA** – Apreciação, discussão e votação;
8. **MAPA DE PESSOAL EM VIGOR PARA O ANO DE 2009** – **Apreciação, discussão e votação;**
9. **NOMEAÇÃO DE 4 REPRESENTANTES PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LEIRIA (CPCJ)** – **Apreciação e votação;**



### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito boa noite a todos!

Queria em primeiro lugar cumprimentar os senhores deputados, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, hoje há um número bastante razoável de ausências, algumas justificadas e com pedidos de substituição outras que não tivemos conhecimento atempadamente. A agenda de trabalhos é relativamente simples, espero que não seja uma Assembleia muito prolongada.

Devo já avisar que por motivos profissionais poderei eventualmente ter que abandonar os trabalhos desta Assembleia e nessa altura serei substituído pela 1ª Secretária da Mesa, a senhora deputada Cristina Branco, em substituição do senhor deputado Paulo Reis, que por razões profissionais também não pode estar presente.

Cumprimento também a senhora Presidente da Câmara e os senhores vereadores, cumprimento os senhores membros da Comunicação Social e cumprimento os elementos do público que estão presentes nesta Assembleia.

Começando pelas ausências e pedidos de justificação de falta: o senhor deputado Joaquim Pereira Marques é substituído pela senhora Céline Pinheiro, a senhora deputada Isabel Gonçalves é substituída por Luís Nunes, o senhor deputado Gomes Luso é substituído pelo senhor Nuno Santo, o senhor deputado Francisco Francisco é substituído pelo senhor Manuel Gaspar, o senhor deputado José Augusto Esteves é substituído pelo senhor Carlos Guerra Coelho, o senhor deputado Carlos André é substituído pelo senhor António Fernandes, o senhor deputado António Sequeira é substituído pelo senhor Manuel Batista, a senhora deputada Ana Elisa Santos é substituída pelo senhor Artur Cordeiro, o senhor



deputado Leonel Costa é substituído por Firmino Fonseca, o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira é substituído pelo senhor José Peixoto Henriques o senhor José Vieira Alves, Presidente da Junta de Freguesia das Cortes, é substituído pela secretária da Junta, senhora Maria Dionísia Rodrigues Marques, o senhor Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, é substituído pelo secretário da Junta, Ventura Rolo Tomáz, e finalmente o senhor Faustino Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real, é substituído pelo secretário da Junta, Rui Féteira Gaspar.

Julgo que todos tiveram conhecimento do resumo da correspondência recebida, constam apenas quatro ou cinco elementos, e em termos de início dos trabalhos é tudo o que me apraz registar e comunicar.

### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Vamos então iniciar o período de “antes da ordem do dia” que como já fizemos na última sessão, será limitado a um máximo de sessenta minutos, de acordo aliás com o Regimento.

Antes do período de intervenções, vou colocar à apreciação e votação a acta da sessão ordinária de 22 de Dezembro 2008.

Pergunto se alguém pretende sugerir alguma correcção ou aditamento à acta?

Não havendo ponho à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Quatro abstenções..

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com quatro abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 22 de Dezembro de 2008.**

Portanto, temos já algumas inscrições e a primeira é da senhora deputada Manuela Santos. Faça favor!

#### ***DEPUTADA MANUELA SANTOS (PS)***

Boa noite a todos!



Manuela Santos, Partido Socialista.

O PS e a sua bancada municipal gostariam de se congratular com os investimentos anunciados ontem pelo senhor Primeiro-ministro José Sócrates, para a concessão Litoral/Oeste. Estes investimentos são extremamente importantes para o distrito, uma vez que não só impulsionam a economia e geram empregos a curto e médio prazo, como também preparam e servem de alicerce para a economia de amanhã.

É muito importante que o Governo lidere e dê o exemplo ao País, no momento em que o investimento e consumo privados se encontram em retracção. Leiria há muito que esperava por estas obras, que além do mais ligarão a principal auto-estrada do país com a A8, reduzindo distâncias e sinistralidade e retirando tráfego da cidade, como irão melhorar ainda a eficácia da rede viária criando melhores condições para que aqui se instalem novas empresas e melhorando as condições daquelas que já aqui se instalaram.

Esperamos que este impulso do Governo a Leiria ajude as empresas a crescerem mais e melhor, melhorando a competitividade da região e a sua qualidade de vida.

Esperamos também que as questões e situações que devem e merecem ser ainda ajustadas e repensadas o sejam no verdadeiro interesse das populações. Obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora deputada.

Tem agora a palavra o senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

Boa noite.

João Cunha, PSD.

Eu hoje trazia aqui um assunto mais em concreto mas não queria também deixar de associar-me a estas palavras da deputada Manuela Santos quanto à questão do IC 36 e das obras que foram agora lançadas para a nossa região.

Trata-se de uma situação que vem sendo defendida pelas gentes da nossa região há muito tempo, já peca por tardia, e foi sempre uma das bandeiras que as nossas autarquias sempre defenderam com grande denodo no sentido de que



elas se concretizassem. Foi realmente pena que se perdesse tanto tempo e que se deixasse agora para a véspera das eleições o lançamento destas obras, porquanto elas já se justificariam há bastante tempo. Os transtornos que esta situação já causou ao desenvolvimento do Concelho são imensuráveis, digamos assim.

De todo o modo, mais vale tarde do que nunca e portanto os nossos votos de congratulação em relação a essa matéria, sendo certo que continuaremos a defender que não deve haver portagens no IC 36, e essa é uma questão que nós devemos manter e devemos portanto frisar ao próprio Governo a necessidade de acautelar os interesses da região.

Tenho aqui então dois assuntos que gostaria de expor. Um de carácter muito imediato e tem a ver com a frente marginal da praia do Pedrógão.

Gostava de perguntar, enfim é uma pergunta que fica, qual a razão para que dias e dias a areia que é trazida pelos ventos e pelo mar, ocupe completamente a via pública, e que inclusivamente prejudica a circulação automóvel, como aconteceu muito recentemente. E saber se existe alguma programação que possa de alguma forma corresponder à necessidade de fazer a limpeza periódica destas areias que vêm do lado do mar, porque realmente o tráfego na praia do Pedrógão por vezes torna-se perigoso, com a invasão das areias, e este era um aspecto que eu gostava esclarecer. Até porque sob o ponto de vista turístico, obviamente dá um ar de um certo desleixo e é realmente impraticável a circulação e torna-se perigoso.

Há outra questão que queria colocar que me traz aqui também e vou dizê-lo de uma forma muito familiar. O meu filho mais novo tem nove anos, queria-se inscrever para vir aqui hoje à Assembleia Municipal como munícipe, falar sobre um assunto, mas dado o facto de ser menor de idade pediu ao pai que transmitisse esta circunstância.

Trata-se de um assunto que já é recorrente digamos assim, e tem a ver tão simplesmente com a inexistência de um estore na sala de aula da turma dele, na Escola Branca, vai para quatro anos. Inclusivamente há uma carta escrita em 21 de Janeiro de 2009, dirigida à Câmara Municipal e assinada pelos alunos da sala 2 do 4º ano da Escola Branca, que se me permitem eu passo a ler:



*“Nós somos uma turma do 4º ano da escola Branca que fica no centro da cidade de Leiria no Largo Rainha Santa Isabel e vimos por este meio dizer à senhora Presidente que quando viemos para o 1º ano em 2005, logo em Setembro caiu um estore da nossa sala, até hoje nunca foi posto esse estore.*

*Vieram à nossa escola senhores da Câmara e da Junta de Freguesia, uns diziam que o assunto era com a Câmara outros que era com a Junta e até hoje não temos estore. Para não apanharmos sol na cabeça, a nossa professora teve que forrar a janela da sala com papel.*

*Temos muita pena senhora Presidente, que até hoje nós não fomos a prioridade da Câmara, nós que vamos ser os futuros homens e mulheres e merecíamos uma escola melhor. Não falando do recreio da nossa escola que quando chove não temos onde brincar e nestes dias é uma seca o nosso intervalo.*

*Gostaríamos que pensasse nisto...*

*Com todo o respeito que nos merece.*

*Os alunos da sala 2 do 4º ano”*

Como é evidente e nota-se neste texto, a inocência e a candura das crianças que obviamente têm alguma dificuldade em perceber como é que a máquina administrativa funciona e como é que estas coisas demoram o seu tempo. Mas de todo o modo, os meninos que entraram para o 1º ano da escola primária e que estão no 4º ano esperam que ao menos antes de findar este ciclo escolar, este estore seja posto. Muito obrigado.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado João Fonseca.

### ***DEPUTADO JOÃO FONSECA (PS)***

Boa noite.

João Fonseca, Partido Socialista.

Esta minha intervenção tem como objectivo principal o de questionar a senhora Presidente sobre assuntos que há muito clamam sobre soluções mas que parecem continuar por resolver.

O primeiro assunto que pretendo abordar diz respeito aos cinemas “O Paço”.



Em dado momento questionámos o executivo sobre a viabilidade e a necessidade ou até vantagem do negócio feito com a Castello Lopes. Mesmo não sendo do nosso conhecimento os moldes em que o negócio foi feito ou que contrapartidas daí advieram, e o desfecho agora conhecido, importa perguntar:

Quais foram os resultados concretos desta operação?

Quais as razões que levaram a Câmara Municipal a deixar o espaço? E já agora, o que virá no seguimento? Vão ficar fechados, vão continuar a funcionar como cinema, vai ser a Câmara a suportar os custos de manutenção? Importa saber!

Aproveito também para tornar a perguntar à senhora Presidente ou ao senhor vereador Vítor Lourenço, o que se passa com os achados arqueológicos descobertos aquando da execução da obra. É que, ainda se encontram no exacto sítio onde foram deixados pelo construtor. Por isso, não consigo evitar algumas perguntas.

Ao fim deste tempo, qual será o destino de tais achados com interesse patrimonial? E é claro, a pergunta mais óbvia, será que existe previsão para a resolução deste impasse?

O segundo assunto tem a ver com o Museu do Moinho de Papel, que aparentemente ainda se encontra encerrado, apresentando já aparentes sinais de degradação, e sem que se perceba se as obras já terminaram. Surgem assim as perguntas:

Será que há uma data para a entrega da obra? Mas se já estiver concluída, esclareça-nos por favor, a que se devem os sucessivos adiamentos da sua abertura ao público.

Passo agora para o outro lado do rio, o que me leva ao terceiro assunto que quero abordar. Prende-se com a requalificação do espaço dos antigos campos de ténis da cidade e da restante zona que se estende até ao parque da Fonte Quente. Pergunto:

Será que é possível esclarecer-nos o que vai acontecer ao espaço confinante com o novo campo de jogos situado no parque? Será para estacionamento? Se for o caso vai ser pago? Já agora, o que aconteceu aos quiosques de madeira, instalados no âmbito do Programa Polis, que ficam junto à ponte açude e que ainda se encontram encerrados?





Por último senhora Presidente, para quando a recuperação, se é que tal ainda é possível, do famoso avião do parque da cidade? É que mesmo depois de nos assegurarem que já tinha sido contratada uma associação ou empresa, única pelos vistos, continuamos sem vislumbrar qualquer intervenção. Será que este avião reflecte a actuação da Câmara perante alguns temas como os que aqui hoje levantei? Assuntos que ficam esquecidos a aguardar uma espécie de milagre que os faça levantar voo? Disse!

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra a gora a senhora deputada Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

***LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

Boa noite!

Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

Queria cumprimentar os membros da Mesa, a senhora Presidente da Câmara, os senhores vereadores, caros colegas deputados, comunicação social e demais pessoas na sala.

Eu trago uma moção que é uma moção apresentada em conjunto pela Junta de Freguesia de Leiria e pela Junta de Freguesia de Marrazes, concretamente por mim própria e pela Presidente de Junta de Freguesia de Marrazes Sofia Carreira, e que tem a ver com o seguinte:

Tem a ver com os edifícios classificados que são propriedade do Ministério da Defesa, e que pertencem à Freguesia de Leiria, e a Carreira de Tiro na Freguesia de Marrazes. Concretamente, o antigo DRM na Rua Tenente Valadim e o Hospital Militar nos Capuchos, e a Carreira de Tiro na Freguesia de Marrazes como já referi.

Gostaria de iniciar por apresentar uma brevíssima resenha histórica de todas as diligências que a Câmara Municipal efectuou junto do Governo, concretamente a Carreira de Tiro dos Marrazes, as diligências iniciam em 8 de Novembro de 1979, e enfim, há aqui um conjunto de informação que, por ser extensa não iria referir, o edifício ex-DRM no antigo seminário, as diligências começam em 17 de Julho de



2000, e o antigo Hospital Militar cujas diligências começaram recentemente mas realmente em 9 de Setembro de 2002, já foi há muito tempo.

A moção é apresentada pela demora insustentável na entrega dos mesmos às autarquias que os poderiam conservar e utilizar para fins culturais e sociais, pela degradação completa dos edifícios e a própria Carreira de Tiro por já estar abandonada à prática militar, qualquer destes imóveis concretamente o antigo DRM, há um projecto para um Museu de Arte Sacra e cujo interesse demonstrado pela Diocese de Leiria/Fátima é bastante, todos nós sabemos que existe um imenso espólio que está guardado e que é muito útil estar patente ao público, o Hospital Militar tem um projecto que é um projecto que eu realmente conheço, nas diversas conversas que tenho tido com o senhor vereador da Cultura, que me parece também um projecto muito interessante, que é um projecto de um Centro de Ciência Viva e que fazia bastante falta em Leiria, e a Carreira de Tiro de Marrazes tem um projecto de um equipamento escolar e social.

Tem a ver também com a imagem que o Estado dá pela não conservação do nosso património, que é um património de todos mas que, nem faz ele nem nos deixa fazer. E sendo inaceitável o Estado estar a querer vender por preços de mercado como se fosse um mero agente imobiliário, querer que espaços que podiam já estar a ser utilizados estejam e continuem na mais completa degradação, podia também referir que desde o início do meu primeiro mandato foi uma das preocupações da Junta de Freguesia de Leiria os imóveis degradados na sua globalidade, mas estes em particular que pertencem ao Ministério da Defesa, e que tenho assistido realmente que cada vez estão mais degradados.

Por isso a moção tem a ver com o solicitar com a máxima urgência ao Governo que nos entregue ou por cedência gratuita ou por venda simbólica dado que já têm projecto...

***DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)***

Pedro Biscaia, Partido Socialista.

Gostava de perguntar à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria o seguinte:

Eu concordo com o teor desta moção, mas lembro-me que aqui numa das primeiras Assembleias, por proposta do senhor deputado João Cunha, foi pedido



à Câmara Municipal uma listagem dos edifícios públicos que estariam nessa situação sem utilização. Eu desconheço essa listagem! São estes três? Muito obrigado.

***LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

Portanto daí a importância do senhor Presidente da Assembleia colocar esta moção à votação, no sentido de pressionarmos o Governo para que estes edifícios e a Carreira de Tiro nos sejam entregues. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Nós colocaremos como é habitual à votação no final, depois de todas as moções que eventualmente possam aparecer.

Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Silva.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)***

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara, senhores vereadores, caríssimos colegas deputados municipais.

Eu aproveito vir aqui para colocar três questões que são diferentes, mas para não estar a interromper várias vezes, faço-o de uma vez.

A primeira questão que eu queria colocar tem a ver com a situação social no Concelho. Como todos nós sabemos e não vale a pena escondê-lo, o mundo inteiro e Portugal não foge à regra, vive mergulhado numa profundíssima crise multifacetada. Ao colapso financeiro seguiu-se enfim, não digo um colapso mas uma situação muito difícil do ponto de vista económico e isso está a arrastar situações sociais muito complexas.

Eu tive ocasião de tentar informar-me junto dos órgãos que lidam mais directamente com estas questões, nomeadamente o Centro de Emprego e o Centro Regional de Segurança Social, de qual era a situação real aqui no Concelho, e de facto não é famosa, quer em termos de desemprego quer em termos de carência das famílias, a situação é de facto complexa e difícil. E embora nós tenhamos às vezes a ideia que em Leiria todos vivem bem e com bons carros e boas casas, etc., esta não é a realidade de todo o Concelho, há bolsas de pobreza muito significativas, inclusivamente aqui na zona urbana.



Daí que, nós tenhamos estranhado um pouco que a Câmara tenha, e se estiver errado agradeço que me corrijam, não tivemos conhecimento, até à semelhança de outras câmaras da região, delineado algum programa extraordinário de apoio às pessoas que mais necessitam e portanto de combate à crise. Sabemos que a Câmara também passa por uma situação difícil do ponto de vista financeiro, disso falaremos mais à frente, mas naturalmente que isso não obviará a que se tomem algumas medidas de apoio aos que mais necessitam.

Sabemos que a senhora Presidente tem uma sensibilidade social muito desenvolvida mas nesta matéria, em termos concretos e práticos, que nós saibamos, não foi anunciado nenhum conjunto de medidas e portanto esperamos que rapidamente essa situação seja ultrapassada, e acreditamos que a Câmara tem isso em carteira e portanto esperaríamos todos que esta fosse uma boa ocasião (a Assembleia Municipal de hoje), para serem apresentadas aqui essas medidas e um programa de intervenção social extraordinário.

A segunda questão que não tem nada a ver com esta é digamos assim, um pedido expresso ao senhor Presidente da Assembleia, para junto da Comissão que aqui se constitui, de auditoria chamemos-lhe assim, da Leirisport (é um termo um pouco forte mas é aquele que agora me ocorre como mais adequado), produza rapidamente um relatório final. Não nos parece admissível e isto naturalmente que envolve todas as forças políticas, não é uma censura para ninguém em particular, é uma censura para todos nós enquanto Assembleia, mas que não nos dignifica certamente, que até este momento não haja qualquer resultado prático do trabalho dessa Comissão, eu tenho pena que não esteja cá o nosso colega Joaquim Marques que é o coordenador da Comissão e que outro dia teve a ocasião de me dar uma explicação sobre a razão da Comissão não ter ainda produzido nenhum relatório, mas a verdade é que já se passou mais um conjunto de meses e chegamos ao dia de hoje e continuamos a não ter nenhuma conclusão do trabalho efectuado, que nos permita tomar uma posição sobre esta matéria.

E portanto eu deixava aqui um pedido ao senhor Presidente da Assembleia para usar os seus bons ofícios junto da Comissão, de forma a que num prazo curto nós tenhamos pelo menos um relatório preliminar, uma primeira apreciação sobre esta matéria, porque se não é a própria Assembleia que fica desacreditada,



porque evidentemente a Assembleia para muitos dos munícipes é um momento em que nós nos reunimos aqui como quem vai à missa ou outro ritual qualquer, dizemos umas coisas, a oposição ataca a Câmara, a Câmara defende-se, o PSD defende a Câmara ou não toma posição, e cada uma das forças políticas enfim, faz o que bem entende, e depois vamos todos para casa descansados e daqui a mais um mês ou dois ou três voltamos aqui para fazer o mesmo número.

Ora bem, a Assembleia não é isto! A Assembleia é uma oportunidade soberana para nós discutirmos os problemas do Concelho, às vezes com mais calor outras com menos em função das temáticas, cada um respeitando naturalmente a liberdade dos outros, mas o trabalho que aqui se faz é suposto ser um trabalho sério, e quando eu próprio apresentei aqui a proposta da criação dessa comissão não foi para ficar satisfeito comigo ou para aparecer qualquer coisa nos jornais, porque isso é o que menos incomoda ou interessa, era realmente porque acho que esta matéria da Leirisport e achamos todos nós certamente, é uma matéria delicada e importante para que de uma forma sustentada e sem politiquices baratas se pudesse aqui no âmbito da Assembleia tomar uma posição sobre isto. Lamento profundamente que esta situação continue sem ter qualquer resultado prático, e por isso pela terceira vez e última, peço ao senhor Presidente o favor de intervir junto da Comissão para rapidamente termos aqui um relatório, sob pena de ser a própria Assembleia e naturalmente a presidência da Assembleia em particular, que fica desacreditada relativamente à capacidade de realizar trabalho prático e útil para os munícipes.

A terceira questão, releva de um outro assunto que nós entendemos ser da maior importância. Aliás, é um assunto que já tem sido aqui abordado variadíssimas vezes e tem que ver com a questão do topo Norte.

O problema do topo Norte do Estádio, é naturalmente um problema que dá imenso jeito nas alturas sobretudo em que o calendário eleitoral aperta mais, e nós temos sempre um motivo para atacar a autarquia, neste caso a Câmara e a força maioritária que lá está, relativamente a esta matéria. Mas não é sobre isso que me interessa particularmente aqui explorar hoje porque, havemos de ter aí matéria farta para explorar quando for a altura da discussão do relatório das finanças. Agora o que me interessa é uma coisa que é fundamental e que é a seguinte:



Se os colegas deputados aqui presentes e a Câmara que aqui está, virem o que se passa noutros países, e deixem-me agora dar o exemplo dos Estados Unidos, que todos nós quer queiramos ou não vamos assistindo, há uma enorme acuidade da parte da população em geral, para tudo aquilo que é despesa pública. E como tiveram ocasião de ver, mesmo num período de gravíssima crise internacional e nacional dentro das fronteiras dos Estados Unidos, houve uma discussão profundíssima no senado para aprovar um pacote de apoio à crise porque evidentemente se questionava se se devia pôr mais dinheiro nas mãos do Governo ou não.

Esta questão do topo Norte, é uma questão que traz prejuízos todos os dias à autarquia e a autarquia vive do nosso dinheiro. E portanto, é o nosso dinheiro que todos os dias está a ser posto em causa porque não se resolve o problema do topo Norte. E a questão que eu queria aqui deixar em nome do Partido Socialista, já todos sabemos porque é que o topo Norte continua naquele estado, é um pedido ao Presidente da Assembleia Municipal, para fazer o favor de pedir à Câmara, que está aqui também a ouvir mas que formalmente deve ser feito o pedido através da presidência da Assembleia Municipal, que nos seja dito qual é o custo estimado da não conclusão do topo Norte. Isto é, quanto é que aquela obra já nos custou a todos que estamos aqui e aos outros que não estão cá, aos contribuintes portugueses, por não estar acabada? Uma obra com aquela dimensão e com aquelas características pode perfeitamente ser feita uma análise do custo dela por estar ali tal como está. Isso significa que enquanto a obra não está concluída há o serviço da dívida que vai aumentando, há as contas do Município sobre as quais eu não vou agora aqui falar porque não sou eu que me incumbi de tratar dessa matéria, um camarada meu fá-lo-á, mas de qualquer maneira isto com toda a franqueza e com toda a frontalidade, sem nenhuma chicana política no meio disto, nós queremos saber, os munícipes de Leiria têm o direito de saber e os contribuintes portugueses têm o direito de saber quanto é que já custou até ao dia em que foi feito o pedido de estimativa de custos, quanto é que custou o topo Norte por não estar acabado. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.



Tem a palavra o senhor deputado Pedro Faria mas antes disso eu quero responder ao senhor deputado José Manuel Silva. Dizendo já que em relação à Comissão da Leirisport, faço já público e depois enviarei naturalmente um pedido por escrito a esta Comissão, que apresente um relatório final antes da próxima sessão, ou não podendo por qualquer razão específica, que informe esta Assembleia dessa mesma razão para não poder apresentar o relatório final atempadamente, de forma a ser distribuído pelos senhores deputados antes da próxima Assembleia Municipal.

Penso que tem toda a razão, o trabalho que aqui se faz não é suposto é sério e portanto vamos levá-lo a sério. Quanto ao pedido da senhora Presidente da Câmara não sei se é necessário fazê-lo por escrito, a senhora Presidente da Câmara está presente, ouviu directamente, e não precisará de intermediários e naturalmente responderá ainda hoje a alguma coisa e depois formalmente à solicitação feita pelo senhor deputado.

Faça favor senhor deputado Pedro Faria!

***DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)***

Pedro Faria, PSD.

Boa noite a quem ainda não cumprimentei pessoalmente.

Em reunião de Conselho de Ministros do passado dia 21 de Janeiro, foi tomada a decisão de transferência da sede da Direcção Regional de Economia do Centro, de Coimbra para Aveiro.

Já há algum tempo atrás, ao ter-se conhecimento desta proposta, as mais variadas pessoas e entidades demonstraram a sua surpresa e repúdio, tendo a Associação de Municípios da Alta Estremadura escrito ao Primeiro-ministro nesse sentido, carta que foi assinada por todos os presidentes de Câmara da região, e ainda, pelos presidentes da Nerlei e da Acilis.

Recordo, que a Direcção Regional de Economia do Centro, é um serviço periférico da administração directa do Estado, que representa o Ministério da Economia e Inovação a nível regional. Desde 1993, todas as direcções do serviço da Direcção Regional de Economia passaram a estar centralizadas no mesmo edifício, que foi construído de raiz para essa função. Coimbra é geograficamente central relativamente à área que serve, sendo assim incompreensível que se pense e



muito menos que se concretize, a mudança desta direcção para uma localização periférica, que beneficiando alguns vem claramente prejudicar a esmagadora maioria dos outros utentes. Acresce, que no distrito de Aveiro, nem todos os concelhos pertencem à área de actuação desta Direcção Regional de Economia, sendo que os mais importantes em termos de actividade empresarial pertencem à região Norte cuja sede dista cerca de sessenta quilómetros de Aveiro (é o caso por exemplo de Vila da Feira, Oliveira Azeméis, ou S. João da Madeira).

Se a tudo isto acrescentarmos que nunca foi dada qualquer explicação para fundamentar tão bizarro e despropositado acto, só poderemos concluir que estamos perante um capricho inaceitável de um Ministro da Economia que sendo de Aveiro, deverá estar a cumprir eventuais e ocas promessas eleitorais de âmbito local.

Proponho assim a seguinte **Mocção**:

*A Direcção Regional de Economia do Centro, serviço periférico da administração directa do Estado, representa o Ministério da Economia e Inovação a nível regional, que corresponde à NUT II, nos domínios da Indústria, Recursos Geológicos, Energia, Combustíveis, Comércio e Qualidade, tendo uma importância vital nos mais diversos sectores da economia.*

*Tem sempre estado sediada em Coimbra, numa posição central relativamente à área que serve.*

*Possui instalações próprias, criadas de raiz, que respondem bem às necessidades do seu serviço.*

*A mudança para Aveiro é totalmente absurda atendendo à localização completamente periférica face à área de actuação desta Direcção, obrigando a maior parte dos seus utentes a deslocações mais longas e caras.*

*O Distrito de Aveiro representa, no máximo, 20% da actividade desta Direcção.*

*Esta deslocalização obriga ao arrendamento de instalações e ao transporte diário dos seus funcionários em autocarro, com os custos e falta de produtividade inerentes.*

*Nunca foi dada qualquer justificação que suporte tão pesado acto.*

*A Assembleia Municipal de Leiria. Juntando a sua voz à indignação de Câmaras Municipais, outras Assembleias Municipais, Associações Empresariais e aos*





*próprios trabalhadores dos serviços, vem repudiar a decisão do Conselho de Ministros de deslocalizar esta Direcção para Aveiro, decidindo:*

**1** – *Manifestar a sua total oposição à transferência da Direcção Regional da Economia do Centro, de Coimbra para Aveiro;*

**2** – *Exigir a suspensão imediata da decisão correspondente tomada em Conselho de Ministros do dia 21 de Janeiro de 2009.*

**3** – *Dar conhecimento desta Moção a:*

*a) Senhor Presidente da República*

*b) Senhor Presidente da Assembleia da República*

*c) Senhor Primeiro-Ministro*

*d) Senhor Governador Civil do Distrito de Leiria*

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado. A moção será também votada no fim das intervenções.

Tem agora a palavra o senhor deputado José Peixoto Henriques.

### ***DEPUTADO JOSÉ HENRIQUES (BE)***

José Peixoto Henriques, Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda levou a cabo na semana passada, mais propriamente no dia 19, um debate sobre a bacia hidrográfica do Lis e as suiniculturas. Um debate onde estiveram presentes, além da nossa deputada Alda Macedo, a Quercus, a Oikos, também a Associação dos Suinicultores e a presença do Dr. David Neves da RECILIS.

Foi um debate que nós considerámos de muita importância e tentámos que todos aqueles que representam as diversas sensibilidades e sectores de opinião da nossa região estivessem presentes, por isso convidámos toda a gente que pudemos e que estivesse directamente interessada nisto.

Quero por isso agradecer aos que estiveram presentes e que deram a sua contribuição para que o debate fosse um êxito no sentido de se encontrar as soluções que ajudem a que se ponha cobro a uma situação que é de facto de um passivo ambiental muito grande e que se arrasta ao longo dos anos, que nos envergonha a todos e que prejudica uma actividade que é do ponto de vista económico muito importante para a nossa região.



Deste debate, sobressaíram alguns pontos.

A necessidade de existir uma Comissão de Acompanhamento do processo de construção da estação de tratamento de efluentes suinícolas, que envolva as forças vivas do Concelho. Uma preocupação relativamente às dificuldades de financiamento do projecto, devido ao facto de por um lado ainda não estar regulamentado a Portaria que permita a candidatura ao projecto da ETES ao QREN, e por outro lado também o facto das instituições bancárias estarem a impor condicionalismos à aprovação do crédito. Como diria o RuiBERTO Maia da Quercus, trata-se de um projecto de muitos milhões e sem financiamento não há tratamento de efluentes suinícolas.

A certeza da necessidade de encontrar e punir os responsáveis das descargas ilegais foi outra preocupação, bem como, de exigir aos responsáveis políticos capacidade reguladora e planeamento que permita a superação de obstáculos e das dificuldades sentidas pelas empresas para elas próprias poderem cumprir com as suas obrigações.

Assim e cientes de que este processo não pode falhar, para que as gerações vindouras possam vir a ver ser-lhes devolvido o rio, o Bloco de Esquerda vem por este meio **propor:**

- Que esta Assembleia Municipal promova e seja parte integrante de uma Comissão de Acompanhamento da Construção da ETES assumindo-se como pólo aglutinador e facilitador da citada Comissão, agrupando e potenciando os contributos das diversas forças vivas do Concelho como sejam as Associações Ambientalistas (Oikos, e Quercus), a Recilis, a Associação de Suinicultores, os Partidos Políticos, bem como todas as outras entidades e comunidade em geral que possam constituir uma mais valia para a Comissão.
- Que pressione a Administração Central no sentido de se obter rapidamente financiamento que permita avançar na construção da ETES, essencial para resolver o problema de poluição associado ao sector suinícola (apelando à regulamentação da portaria do QREN que permitiria a candidatura do projecto das ETES a fundos comunitários, por exemplo), garantindo a sustentabilidade desta actividade económica.



***DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)***

Boa noite.

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Há cerca de um ano, vim aqui pelo mesmo motivo que venho hoje. Trata-se da questão anunciada variante da Batalha e do pagamento das portagens.

Enquanto Presidente da Junta e como cidadão, habituei-me a exigir melhorias para o bem público, mas também a reconhecer o mérito, a quem sem outro interesse que não seja a satisfação do bem comum dá o seu melhor para que tais melhorias se concretizem. Vem isto a propósito do anúncio ontem, em Leiria, pelo senhor Primeiro-Ministro, de importantes obras públicas para o desenvolvimento da região. Bem-haja o senhor Primeiro-Ministro por ter atendido às reclamações dos autarcas relativas a estas obras.

No entanto, há no que principalmente me diz respeito, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, um problema que considero grave. Trata-se das portagens que o Governo teima em aplicar à variante da Batalha.

Há cerca de um ano foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia, uma moção contra as referidas portagens, que já haviam sido anunciadas, ao teimar em aplicar-se julgo que ficam desvirtuados os objectivos que estiveram na génese da necessidade da construção destes treze quilómetros de estrada. As portagens colidem frontalmente com os princípios subjacentes à construção da variante, ou seja, o de retirar parte significativa do trânsito da proximidade do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, classificado como património da humanidade.

Penso que é a defesa deste património que está em causa e não obter dinheiro com portagens. A sua aplicação, levará certamente os utentes a optarem por continuarem a transitar no IC2, não se conseguindo nem proteger o Mosteiro nem encaixar dinheiro com as portagens. Além disso, a Freguesia de Azoia fica prejudicada, porque mais uma vez fica dividida, espartilhada e os seus proprietários ficam sem os seus bens que lhes serão expropriados.

Pergunto, com portagens haverá alguém a ganhar com esta obra? Creio que não! Quando ninguém ganha se calhar o melhor é não o fazer. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado. Eu não sei se isso é alguma proposta?



***DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)***

Não! Como foi feita uma moção há um ano penso que não valerá a pena estar a repetir. Eu enquanto Presidente de Junta da Freguesia de Azoia, depois irei tomar diligências pessoalmente sobre isto.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhor deputado Domingos Carvalho faça favor!

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Boa noite!

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores vereadores, caríssimos colegas, excelentíssimos jornalistas e público.

Permitam-me que comece por naquele que é o órgão de representação política no Concelho, eu quero apresentar uma saudação como Presidente da Comissão Política concelhia do CDS/ Partido Popular, a todos os presentes e a toda a população. É por isso que no imediato, quero secundar a proposta apresentada pelo senhor deputado Pedro Faria, que era uma matéria que eu também trazia aqui para apreciação e que me parece de capital importância. De tal forma que pela primeira vez eu senti, chegaram-me imediatamente ecos da parte de empresários que estão a tratar de processos nesta direcção, e que dizem, eu não posso reproduzir aqui as palavras que foram empregues, mas enfim, que é um roubo, é o mínimo que se pode dizer, em relação a ter que ir a Aveiro para tratar de um assunto destes. Eu pessoalmente presumo que isto tenha um objectivo, é fazer parecer tão mal a descentralização que as pessoas busquem outras soluções, é a única hipótese que eu vejo para um disparate destes. Sobre essa questão, não digo mais a não ser subscrever, digo esta solução de fazer transferir de uma forma perfeitamente marginal para o limite da zona de intervenção, o órgão deliberatório.

Senhor Presidente, uma nota que vem ao atalho de foice pelo que já ocorreu aqui em relação à Comissão da Leirisport, é obvio que a Comissão em si mesma tem pouca responsabilidade nesta questão, eu queria sugerir ao senhor Presidente que eventualmente pudesse chamar a si a possibilidade de, em conversa com o



senhor Presidente da Comissão, poder marcar uma reunião que era importante que fosse feita.

Não posso deixar de dizer também que, e recordar-se-ão que depois de ela ter sido constituída, eu tive oportunidade de fazer aqui uma pergunta porque eu tinha dúvida séria sobre a possibilidade de que esta Comissão pudesse trabalhar de forma eficaz, recordar-se-ão se não poderão ver nas actas esta minha preocupação. Não me pareceu nada claro o mandato, o que era pedido à Comissão para fazer, tive oportunidade de tentar a sua clarificação, enfim, e verifica-se que não está a ser fácil. No entanto, enquanto está a ser feita a incumbência a carta terá que ser levada a Garcia e fá-lo-emos com certeza.

Eu tenho que trazer aqui uma questão que honestamente ponderei se devia trazer ou não. Mas como está na minha forma de ser, eu hoje tenho uma responsabilidade específica política, coisa que não tinha até agora, eu gosto sempre de responder às perguntas que me são feitas.

A senhora Presidente na última Assembleia, em relação àquela questão que tinha a ver com o IMI, disse não perceber a razão porque eu após a intervenção do senhor Tenente-coronel tinha voltado a referir a minha dúvida sobre o aspecto da questão do senhor Arquitecto Paulo Ramos.

Senhora Presidente, a razão que sempre preside a todas as intervenções que eu faço aqui e em tudo na minha vida, nunca são puramente más, aquilo a que se chama malévolos, é evidente que às vezes terei que fazer aproveitamento político das circunstâncias e portanto quando eu o fiz, juro-lhe que foi apenas pelo seguinte:

Porque me tinha munido da informação disponível, e preocupou-me, permitam-me um inciso nisto que estou a dizer, porque depois ouvi o que se passou no debate da 94 FM, em que a senhora vereadora Isabel Gonçalves referiu que esta questão ocorreu não porque compete à Câmara Municipal funcionar como polícia para a situação dos munícipes e das pessoas, no sentido de verificar se eles estão numa situação de incompatibilidade ou não para uma determinada função, mas a verdade senhora Presidente é aquilo que disse aqui no sentido de que era importante ser apurada essa questão, é porque este assunto tinha vindo em Setembro à Assembleia Municipal. E, eu entendi que seria avisado ter sido feita essa pesquisa, até porque normalmente quem não é da área do Direito como eu,



há questões que são muito difíceis de interpretar, há aquelas questões das vírgulas, etc. Esta questão era uma questão fácil, perfeitamente entendível e perfeitamente inquestionável. De tal forma e para que vejam o que é que eu estou a dizer e porque é que é importante dar esta resposta aqui, e perdoe que lho diga desta forma senhora Presidente, porque lhe peço também doravante, enquanto estivermos em funções políticas, eu seguramente por pouco tempo, a senhor por muitos mais, eu quando faço uma pergunta que põe em causa o que outra pessoa quer dizer, é porque lhe estou a pedir uma resposta, ou então, estar-lhe-ei a dizer que não devia ter feito a pergunta porque parece mal.

Eu, por princípio, faço as perguntas e a senhora sabe isso, porque me parece bem e porque são questões que nos preocupam e devem preocupar a todos, em particular às decisões que são tomadas, e então para que os meus amigos possam perceber, o que está em causa é o seguinte:

Há uma lei, que é a lei que determina o que são os cargos dirigentes das câmaras municipais. No seu artigo 2º, no ponto 1, alínea c), diz expressamente que o chefe de divisão municipal, que corresponde a cargo de direcção intermédia de 2º grau, é uma dessas situações, cargo de dirigente. Por outro lado, há uma outra lei, não vale a pena estar a dizer os números mas apenas para verem a facilidade com que se chegava a esta conclusão, que diz no artigo 16º, 1 e 2, e no ponto 1 diz "o exercício de cargos dirigentes é feito em regime de exclusividade"; o ponto 2 diz "o regime de exclusividade implica a incompatibilidade do cargo dirigente com quaisquer outras funções, públicas ou privadas, remuneradas ou não". Portanto estamos a falar de uma interpretação que é daquelas que não suscita qualquer dúvida.

Por isso senhora Presidente, muito honestamente, acredite e hoje como sempre, aqui, quando eu colocar uma dúvida é porque eu a tenho, é porque gostaria de ser esclarecido porque é que as coisas acontecem. Seguramente a senhora quando me disse "não percebo" não é tipo aquele "não percebo" desafiador, não acredito conhecendo-a como conheço, portanto era mesmo porque não percebeu e por isso eu tinha que trazer aqui este pequeno esclarecimento.

Há duas notas que eu quero pedir à senhora Presidente também, porque começam a ser complicadas em excesso.



Na subida para o cemitério de Leiria, junto à antiga Fonte Quente, é um drama hoje circular. O estacionamento que é feito, presumo que seja por causa do Centro de Emprego, é uma coisa assustadora. Eu já vi ocorrerem lá acidentes, há alturas em que o trânsito se processa apenas num sentido ou seja, está a estrada completamente atulhada de carros, é uma ladeira perfeitamente íngreme, é uma situação grave e difícil. Acho que seria importante que fossem tomadas medidas até porque, a Câmara Municipal tem um parque de estacionamento a muito poucos metros dali, que é barato e que seguramente até o Centro de Emprego e Formação Profissional pode negociar com a Câmara, a existência de umas quaisquer senhas, era uma forma de aumentar como depois é ali sugerido, o Centro de Emprego fazer a compra de umas senhas para depois poder dar aos seus utentes para pagarem. Como agora são muitos seguramente as receitas da Câmara irão subir. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Carlos Guerra e finalmente a seguir o senhor deputado Pedro Biscaia.

***DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)***

Boa noite, senhor Presidente, senhora Presidente da Câmara!

Carlos Guerra, Partido Comunista Português.

São duas ou três questões que me trazem aqui antes da ordem do dia.

Um dos temas já foi aqui focado e é sobre as descargas na ribeira dos Milagres.

**Mocão**

*" Quase todas as semanas Leiria é notícia pela negativa, face à eternização do flagelo ambiental que são as descargas na Ribeira dos Milagres. Para além dos efeitos nefastos nas bacias da Ribeira dos Milagres e Rio Lis, nos campos envolventes e do cheiro a podre que paira sobre a cidade, há ainda que ter em conta a questão da saúde pública de cem mil pessoas.*

*Será que teremos de viver com a inoperância das várias entidades responsáveis, desde os ministros da tutela até aos responsáveis pela Comissão de Coordenação do Centro?*



*Foi criada a empresa RECILIS para resolver o problema da poluição dos efluentes suínícolas na bacia hidrográfica do rio Lis.*

*Em Maio de 2006, já após a adjudicação da construção da ETES de Amor (efectuada em Janeiro de 2006) era referido na imprensa que a Ribeira dos Milagres iria ser esgoto a céu aberto até 2008.*

*Estamos em 2009 e as preocupações avolumam-se face às notícias vindas a público:*

- Suinicultores atrasam despoluição por falta de garantias;*
- Em causa está também o diferendo entre a RECILIS e Águas de Portugal em relação à percentagem do capital social;*
- Atraso no processo de despoluição põe fundos em risco;*
- RECILIS falha novo prazo no processo de despoluição do Lis ao não apresentar os estudos aprofundados sobre o projecto, solicitados pela Agência Portuguesa do Ambiente;*
- Segundo o presidente da RECILIS o trauma das suiniculturas vai ficar resolvido dentro de dois anos.*

*Perante esta situação a Assembleia Municipal de Leiria, vem exigir do Governo, nomeadamente do senhor Ministro do Ambiente, a sua intervenção no sentido de:*

*Tomar as medidas necessárias que obriguem as diversas entidades envolvidas a resolver os aspectos formais em falta de modo a que de uma vez por todas acabem as descargas poluentes no rio Lis e seja salvaguardada a saúde pública de cem mil habitantes. "*

O outro assunto tem a ver com a crise que vivemos, vivemos uma situação de crise, com empresas a tentar sobreviver e manter os postos de trabalho dos seus trabalhadores.

O seu encerramento e conseqüente despedimento irá desencadear uma situação insustentável não só para quem depende directamente do trabalho mas que se irá reflectir em toda a sociedade. Para obstar a tal, importa desencadear todo o apoio necessário à sua sobrevivência. Por isso, apresentamos a seguinte **Mocão**:

*" Considerando que:*

- 1. Em 2008, a empresa vidreira Tosel, sediada em Soutocico, fechou o seu forno de produção de vidro devido aos elevados custos do gás;*





2. *A cerâmica é ainda um dos principais sectores de actividade da região, bem como o vidro;*
3. *Pela sua especificidade, estes sectores são grandes consumidores de energia;*
4. *Estas indústrias utilizam na generalidade o gás natural como fonte de energia;*
5. *Os preços em Portugal continuam a ser dos mais altos para os segmentos médios, sendo o quinto mais caro dos 19 países que apresentaram valores;*
6. *Relativamente a Espanha, onde se encontram os principais concorrentes, os portugueses pagam mais 40%;*
7. *As empresas da região destes sectores não podem ser competitivas, pois é-lhes retirado, desde logo, um dos principais factores de competitividade.*

*Nestes termos a Assembleia Municipal de Leiria vem exigir junto do Governo, nomeadamente junto do Ministério da Economia, a sua intervenção no sentido de:*

1. *Tomar as medidas necessárias que obriguem à descida de preços, em consonância com os praticados na União Europeia, nomeadamente em Espanha.*
2. *Não deixar que às PME destes sectores de actividade, que são um dos motores da economia portuguesa aconteça o que sucedeu na TOSEL – encerramento do forno face ao elevado custo do Gás.*

Tinha mais dois assuntos, que tinham a ver com a actividade da Câmara, que é a questão das estradas municipais. Uma pessoa ao ler sobre a actividade da Câmara e realmente não vê dentro dos serviços nem propostas de reabilitação das estradas municipais, porque não é só pôr o alcatrão dentro dos buracos agora quando chove, isso não é solução, isto é uma recomendação que fazia aqui à Câmara. E nomeadamente também face à situação que se vive de falta de segurança, era o pedido de uma reunião do Conselho Municipal de Segurança para analisar e ver o que se poderá fazer.



***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado Pedro Biscaia.

***DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)***

Boa noite.

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Em final de Dezembro último, fomos surpreendidos pela notícia da desistência do consórcio do projecto que se propunha construir uma unidade comercial de dimensão relevante na zona confinante com o Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa. Todos se recordarão, que esse assunto foi debatido nesta Assembleia Municipal e que no âmbito das suas competências, foi constituída uma Comissão de Acompanhamento desse processo composta por representantes de todos os partidos, a qual aqui apresentou um parecer circunstanciado na sessão de 20 de Dezembro de 2007. Fruto, aliás, de várias reuniões havidas com os promotores e os serviços da própria Câmara.

Creio que poderemos afirmar que para além das nossas divergências de opinião, foi consensual a ideia de que era um tema da maior importância estratégica para o desenvolvimento da cidade de Leiria, e como tal, considerámo-lo de grande delicadeza e susceptível de amplo debate.

Ora, como se pode constatar pela ordem de trabalhos desta sessão, que não deixa de ser estranho, pela leitura do relatório da senhora Presidente da Câmara sobre a actividade municipal que hoje nos foi apresentado, nenhuma explicação nos é dada sobre o ponto de situação do projecto, nem tão pouco das razões do seu bloqueamento. Pessoalmente e como membro relator da mencionada Comissão, quero protestar contra esta conduta de menosprezo pelo trabalho e dignidade institucional da Assembleia Municipal, que como é sabido, tem atribuições legais de fiscalização da actividade do executivo autárquico.

Não aceito por isso, esta estranha forma de encarar a relação de equilíbrio democrático e de mútua respeitabilidade, entre órgãos do Poder Local.

Dito isto, solicito à vereação e nomeadamente à senhora Presidente da Câmara que nos sejam dadas, a todos nós, as devidas explicações sobre tal processo, respondendo objectivamente às perguntas seguintes:



1 – O consórcio evocou como argumento para a sua desistência, o facto dos serviços autárquicos terem protelado o cumprimento dos prazos administrativos previstos?

2 – Deste desfecho da execução do concurso, poderá ou não decorrer alguma indemnização a pagar ao empreendedor?

3 - O projecto foi definitivamente abandonado ou poderá ser retomado pelo mesmo investidor ou por outro dos concorrentes?

4 – Que verbas municipais foram já dispendidas nos estudos prévios desta intervenção, e que contrapartidas, quer em dinheiro quer em equipamentos, Leiria vai perder com toda esta decisão?

5 – Tem a Câmara Municipal possibilidade de intervir a curto prazo, na requalificação daquela zona, nomeadamente no anunciado jardim da Almuinha Grande?

6 – A Câmara Municipal mantém-se fiel à proposta de localização da unidade comercial apontada pelo estudo do Prof. Herculano Cachinho, a qual, aliás, foi denominada como o “Ovo de Colombo” pela senhora Presidente, ou pelo contrário, pondera recuar nessa premissa?

Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado António Fernandes.

***DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS)***

Boa noite a todos.

António Fernandes, do Partido Socialista.

Estava a ver que não tinha direito a usar da palavra porque se tinha esquecido...

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Não senhor deputado, não nos esquecemos! Devo dizer que já excedemos o tempo estabelecido inicialmente, uma restrição a pedido da sua própria bancada e em que o Partido Socialista hoje usou margem de leão. Mas tem a palavra, não lha tirámos.



### **DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS)**

Muito obrigado senhor Presidente.

De uma forma muito rápida vou falar do Centro Histórico de Leiria, daquela Leiria de que todos nós gostamos, alguns aqui presentes, e até mesmo uma criança de nove anos já gosta de Leiria como o seu pai e como todos nós ou quase todos digo eu.

Habitualmente ouço críticas e ouço críticas dizendo que a Câmara de Leiria não faz nada. Eu como amo Leiria, defendo a Câmara de Leiria. Ninguém gosta que lhe digam mal das pessoas ou das coisas que nós amamos e gostamos. E eu então digo que não, que a Câmara de Leiria tem feito, faz aquilo que sabe, faz aquilo que pode, faz aquilo que lhe deixam fazer, ou seja, é maioritária faz aquilo que quer e que pode, bem, mal, não sabemos. Vêm aí as eleições e a gente vai ver.

Há dezenas de anos que esta autarquia tem sido governada pelo PSD, CDS, etc. e tal, há vinte e tal anos que eu vejo o Centro Histórico de Leiria completamente abandonado. Os bilhetes-postais mandados de Leiria para fora, pela televisão, pelos jornais, pelas pessoas que nos visitam, são muitos. Bilhete-postal do norte de Leiria (Milagres) conforme disse o Carlos Guerra, bilhete-postal do sul de Leiria (Valorlis), haveria muitos bilhetes-postais mas eu estou aqui para falar do Centro Histórico de Leiria e temos vários bilhetes-postais. O bilhete-postal mais bonito ó o da Rua Mestre de Avis, é o "buraco", é o da Rua da Beneficência, é a Rua 31 de Janeiro, são as inúmeras casas degradadas em Leiria, e eu pergunto e é isso que eu deixo aqui à senhora Presidente ou à autarquia, aos responsáveis, apesar de muitos avisos que já foram feitos a Câmara não liga a avisos, mas eu pergunto o que é que pretendem fazer? O que é que tencionam ou projectam fazer para a cidade de Leiria. Vai estar mais vinte anos assim?

Leiria, o Centro Histórico, é uma zona que não é privilegiada. Há zonas privilegiadas em Leiria, pois claro que há, a zona nobre feita pelo Polis e há outras zonas que não interessa estar agora a referir porque não me quero alongar. Mas há pequenas coisas, poucas, que os nossos responsáveis poderiam fazer pelo Centro Histórico e não fazem porquê? Várias coisas já foram apontadas aqui pelos meus camaradas que entretanto usaram da palavra, que mostraram algum amor a esta Leiria. Eu lembro-me de muitas coisas e é isso que eu deixo



também como recado aqui aos nossos representantes autárquicos. Estou a lembrar-me do Teatro Miguel Franco por exemplo, que está situado não numa zona privilegiada de Leiria mas numa zona degradada de Leiria, mas como está nessa zona, não tem direito a parque de estacionamento para as pessoas que o usam. O Teatro José Lúcio da Silva tem desconto no parque ali ao lado e os outros não têm, e podiam utilizá-lo de uma maneira muito fácil, saindo do teatro, entrar no parque de estacionamento e ir para sua casa. São pequenas coisas que podem dinamizar Leiria.

Porque é que se corta o trânsito na cidade de Leiria aos domingos?

Hoje, num jornal diário que li no café, havia lá um comentário do articulista que achei piada. E vou dizer, peço desculpa mas vou dizer, é público, e dizia " Uma cidade sem carros é como um campo sem vacas". Achei piada!

Ora bem, porque é que o Centro Histórico de Leiria ao domingo está fechado? Quem é que vai ao Centro Histórico? Dêem-me uma razão! Alguém que me apresente uma razão, um motivo para uma pessoa ao domingo ir ao Centro Histórico. Ir aos cafés não, há por aí tantos cafés, os bancos estão fechados, o comércio está fechado, então porque é que cortam o trânsito?

Eu não me vou alongar mais senhor Presidente, mas deixo aqui os avisos senhora Presidente da Câmara, senhores vereadores, apesar de eu ter tido muitas esperanças quando a senhora foi eleita para esta Câmara, afinal não se fez aquilo que nós queríamos, há mais bilhetes-postais que vão ficar no ar. Não são as sondagens, não são as contas da Câmara, mas há outras coisas que ficam no ar. Disse senhora Presidente! Disse meus senhores! Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Terminada a intervenção dos elementos da Assembleia, dava agora a palavra à senhora Presidente da Câmara a quem peço, dentro do possível, a brevidade, sem limitar obviamente o seu direito de resposta.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Muito obrigada senhor Presidente.

Boa noite a todos!

Vou tentar ser breve mas são várias as questões e vou tentar esclarecê-las.



Relativamente à questão pertinentíssima do filho do deputado João Cunha, naturalmente não tenho aqui o senhor vereador da Educação por impossibilidade de estar hoje presente na Assembleia, mas irei saber o que é que se passa com tão importante estore naquela escola que com certeza é muito importante para os meninos e mandaremos resolver o problema.

Relativamente à outra questão que colocou, da frente marítima da Praia do Pedrógão, depois a senhora vereadora Neusa Magalhães dará aqui a explicação.

O senhor deputado João Fonseca colocou aqui alguns problemas. Vários dos problemas que colocou são do pelouro do senhor vereador Vítor Lourenço, mas em alguns eu estou perfeitamente à vontade e explicarei. Naqueles que não estiver, pois naturalmente o senhor vereador dará, numa próxima Assembleia, as devidas explicações.

Em relação aos Cinemas Paço. Trata-se de um acordo que foi feito com os proprietários, com o princípio de que só faria sentido manter-se o acordo enquanto a exploração das salas não desse prejuízo para a Câmara. E portanto, numa próxima oportunidade, traremos as contas do tempo em que esteve a funcionar este acordo. Como sabe, nos últimos anos em Leiria tem havido alguma multiplicação de salas de cinema e a partir de determinada altura percebeu-se que começou a haver poucos clientes no cinema Paço. E assim entendemos, conforme tinha sido feito o acordo nesta base que eu lhe disse, que se deveria terminar o acordo. O acordo está terminado, o funcionamento dos Cinemas Paço não será com certeza em parceria com a Câmara, funcionará mais como cinema se o proprietário assim o quiser fazer por conta própria, mas com a Câmara a base do acordo terminou por esta razão que eu lhe disse. Relativamente aos achados arqueológicos!

Aquela praça é uma das praças que está prevista ser intervencionada, no âmbito de uma candidatura QREN chamada Programa de Requalificação Urbana que está aprovada, onde estão neste momento os achados arqueológicos, e cujo enquadramento previsto no desenho urbano é o que a respectiva praça tem.

Já foi aprovado o projecto em reunião de Câmara, está em concurso para ser requalificado todo aquele largo, e para além de estar previsto na candidatura vai avançar agora porque tem financiamento, conciliando-se com as obras do edifício Garage que confinam com o próprio Largo Cónego Maia. Portanto, em breve será



requalificada aquela praça, com a realocação e recuperação do achado arqueológico.

Relativamente ao Moinho de Papel, ele está realmente terminado. Quando diz que há algumas coisas que parecem que não estão bem é porque não foi ainda a obra recepcionada definitivamente. Estivemos à espera que viesse o arquitecto, o facto de termos arquitectos famosos ligados aos projectos tem outros inconvenientes, a dificuldade de eles virem à obra, e neste caso que o Arqt.º Sisa Vieira viesse à obra para ver alguns arranjos finais que ainda precisam de ser feitos, sobretudo no interior. No exterior não se vê, mas na parte interior ainda havia alguns acertos a fazer. Entretanto o Arqt.º Sisa Vieira já veio à obra, o empreiteiro também já está em obra a fazer os referidos acertos e a recuperar algumas pequenas coisas que não ficaram bem, e está a ser feita a musealização interna para muito em breve a termos em condições de abrir. Isto não significa que abra logo em pleno, no que diz respeito às duas valências, porque o moinho vai ter musealização em duas valências, em papel e em moinho tradicional. O moinho tradicional será o primeiro a abrir e o moinho de papel abrirá imediatamente a seguir, quando tiver a parte de musealização interna completamente concluída.

A requalificação do espaço do campo de ténis.

O que está a ser feito já se vê hoje. Podia ter feito, em determinada altura, alguma confusão, quando não havia o gradeamento daquele campo de jogos, mas agora o campo de jogos está perfeitamente limitado e o resto é jardim, parque verde e passadiços. Portanto, a filosofia de intervenção é exactamente igual à mesma lógica do outro lado, ou seja, aquilo tem o campo de jogos e depois tem aquelas placas no chão para passadiço, mas não tem nada de estacionamento, o que tem alcatrão é o parque de jogos.

Abertura dos quiosques. A senhora vereadora Neusa Magalhães depois dará a respectiva explicação.

Relativamente ao avião. Tivemos, conforme aqui foi dito pelo vereador Vítor Lourenço, uma proposta de intervenção no avião que estivemos a analisar e que nos pareceu um exagero do ponto de vista financeiro, que não justificava. Isto é: A proposta que nos foi apresentada, previa uma intervenção de transformação do avião numa espécie de espaço museológico, com todos os arranjos interiores que



permitisse aos meninos ir lá dentro e fazer de conta que estavam num avião, enfim era uma coisa de grande qualidade, que do ponto de vista prático para além de ser demasiado caro para o efeito, teria que ter alguém ali a tomar conta do avião, etc. E chegou-se à conclusão que não fazia sentido.

E portanto, neste momento já temos outro orçamento muito mais em conta para o efeito que realmente se pretende. É uma utilização muito mais externa e não que o avião seja propriamente um espaço museológico e visitável, e em breve irá haver uma intervenção como digo minimalista (limpar, arranjar as janelas), para ficar um objecto agradável à vista mas não propriamente um espaço museológico.

Só uma nota em relação à intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria relativamente aos edifícios.

São estes três os edifícios classificados. Só para responder a algumas dúvidas que surgiram quando ela estava a fazer a intervenção.

Nós não conhecemos de todo quais são os restantes edifícios que o Estado tem espalhados pela cidade. Conhecemos um ou outro, não conhecemos todos. Conhecemos a Casa dos Juizes, conhecemos as casinhas da Prisão-Escola que estão abandonadas e que tem havido várias insistências também a esse nível para poderem ser cedidas a instituições, habitação social, etc., e mesmo aí não tem havido qualquer tipo de evolução. Mas quando a deputada Laura Esperança fez a intervenção, referia-se concretamente aos edifícios classificados e para os quais a Câmara/Junta de Freguesia dos Marrazes tem projectos concretos. E portanto, havendo projectos concretos é perfeitamente inadmissível que o Estado queira fazer negócio com edifícios que não têm qualquer outra utilidade, a não ser utilidade pública para projectos concretos (no nosso caso na área da cultura ou na área do desporto), estando a atribuir-lhes valores de preços de mercado que são efectivamente de especulação imobiliária. Não é o papel do Estado. Admito que o Estado possa ter alguma dificuldade em ceder às autarquias alguns imóveis, e que possa imaginar que as autarquias um dia mais tarde possam elas vir a fazer negócio, mas fazendo um protocolo em que fique perfeitamente definido um contrato com o Estado de que se aquilo vier a ter uma utilidade diferente para a qual foi doada ou foi cedida que tem direito de reversão,





naturalmente que é isso que se exige. E portanto, não se compreende como é que estas coisas se arrastam.

Eu ontem tive oportunidade de dizer isto publicamente e pessoalmente ao senhor Primeiro-ministro, e ele acha que efectivamente é verdade, mas que tem tido dificuldades. Disse mesmo que é uma situação que acontece em vários Concelhos do País, onde há imóveis destes, e tem tido dificuldade com o Ministério das Finanças de desbloquear este problema. Disse com toda a franqueza. É algo que devemos colectivamente demonstrar o interesse, porque mais do que a preocupação de os virmos a utilizar amanhã porque temos projectos para eles, é o mau exemplo de degradação por parte do Estado.

Nós encontramos cidadãos todos os dias em Leiria que nos chamam a atenção para o mau estado desses edifícios, porque têm os vidros partidos, etc., e o Estado não toma conta nem deixa que alguém tome. Isto é que não tem qualquer tipo de compreensão.

Notas à intervenção do deputado José Manuel Silva.

Relativamente às medidas anti-crise, eu acho que as medidas não se anunciam, praticam-se. E eu gosto pouco de anúncios folclóricos, a dizer que vamos fazer isto ou amanhã vamos fazer aquilo. Nós gostamos é de ver as coisas feitas, a serem apoiadas e não propriamente anúncios.

Nunca me viram, estou à vontade para falar, fazer conferências de imprensa a anunciar seja o que for, contam-se por uma mão e ainda sobram dedos, as conferências de imprensa que eu fiz a anunciar seja o que for. Não é o meu estilo nem é o estilo desta Câmara. E portanto, com todo o respeito pela Assembleia Municipal, nós traremos cá sem anúncios públicos, numa próxima Assembleia, um documento, a dizer ponto por ponto, quais são as medidas que estão a ser praticadas, isso faremos com todo o gosto. Agora, conferências de imprensa para fazer anúncios de medidas anti-crise não! Como disse o deputado José Manuel Silva, muitos dos nossos municípios estão a sofrer com a crise, pois estão, não estamos isolados, nem o País está no mundo nem Leiria está no País, felizmente apesar de tudo há muito pior do que nós, disso não há dúvida nenhuma, o que não significa que não tomemos medidas e que não possamos ajudar, mas devemos ajudar ajudando e não dizendo que vamos ajudar.

Em relação ao topo Norte.



Para além de eu não ter percebido muito bem o que é que pretende, confesso com toda a clareza, não percebo. É o investimento que foi feito para construir aquilo? Com certeza que darei a resposta. É uma dificuldade porque eu não percebo o que é que quer. De qualquer das maneiras, fazendo um esforço muito grande e dando-lhe os valores concretos do investimento que aquilo teve, pois naturalmente que daremos esses elementos com toda a clareza. Não percebo por isso, porque é que é preciso o cuidado de que o senhor Presidente me escreva. Nunca aconteceu nesta Assembleia! Os pedidos são feitos e eu, com toda a transparência, trago a resposta. Acho que é uma nova modalidade que hoje o Partido Socialista adoptou nesta Assembleia, de que os pedidos à Presidente têm que ser por escrito. Há qualquer coisa de estranho! Fica escrito em acta, naturalmente que eu antes de ler a acta tenho os meus apontamentos e tenho sempre o cuidado de responder, através do senhor Presidente ou em muitas coisas até directamente, para evitarmos a formalidade, mas sim senhor, fica registado quer o seu pedido quer o do senhor deputado Pedro Biscaia, e nós responderemos.

Relativamente às várias observações que foram feitas pelo senhor deputado Carlos Guerra.

Senhor deputado, o Conselho Municipal de Segurança tem periodicidade de reuniões. A próxima é efectivamente em Março e iremos fazê-lo, sendo certo que nós já fizemos pelo menos duas reuniões deste Conselho, com as forças de segurança presentes (GNR/PSP), obviamente que outras forças de segurança também fazem parte do Conselho mas nomeadamente estas, para nos trazerem dados objectivos sobre os problemas de criminalidade do Concelho. E portanto, uma vez que o assunto, infelizmente para todos nós, não está resolvido ou se calhar até está agravado, pediremos de novo para estarem connosco e trazerem-nos novas informações e levarem também os nossos pedidos.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Pedro Biscaia, repito aquilo que disse ao deputado José Manuel Silva. Nós responderemos conforme o solicitado, mas há um conjunto de palavras que eu considero e vou dizer com toda a franqueza, exageradas naquilo que disse.



No que se refere à falta de respeito com a Assembleia, nunca aconteceu conosco. Nós nunca demonstrámos nenhuma falta de respeito para com a Assembleia, nenhuma.

Se por hipótese alguma vez não veio alguma informação, não é por falta de respeito, é porque nos pareceu que não era importante ou até porque nos esquecemos ou por lapso. Não é claramente este caso.

Este caso foi acompanhado por esta Assembleia, foi acompanhado com todo o cuidado e muito bem, com todo o empenho da Assembleia, que nos deu contributos importantes quando foi da abertura do concurso, e portanto nós sabemos que esta Assembleia o fez com vontade de continuar a ser informada com certeza. O processo do pedido de desistência por parte do consórcio tem uma fase que ainda não terminou, ou seja, não terminou porque eles fizeram um pedido e a nossa intenção era que quando essa fase chegasse ao fim, trazer à Assembleia e contar a história toda. Dizer que chegou um pedido, que esse pedido foi analisado, foi considerado pertinente ou não foi considerado pertinente dependendo agora da sua finalização, porque numa primeira análise que a Câmara fez sobre o assunto, a Câmara entendeu que haveria razões que estariam do lado do consórcio para aceitarmos a desistência. No entanto, entendeu ouvir os respectivos concorrentes e essa audição ainda não chegou ao fim. Quando chegar ao fim o prazo das respostas, a Câmara vai ter novamente que se pronunciar sobre a sua decisão definitiva, e a seguir vai ter que naturalmente tomar uma decisão de fundo sobre o que vai fazer a seguir. E isto para lhe dizer porque é que não ficou escrito e porque é que não veio no relatório, porque achamos que ainda não chegou a ponto de dar esta informação completa.

Só quero realçar, porque achei que houve algum exagero nas palavras, que não houve aqui qualquer tipo de intenção de esconder seja o que for da Assembleia. Eu acho que a Assembleia tem todo o direito de saber estas informações, tanto mais quando se empenhou precisamente neste projecto e bem.

Portanto a nossa intenção é esta, e só para lhe dar a nota de que naturalmente responderei a todas as perguntas que aí estão feitas. No entanto interessa esclarecer o seguinte:



O conjunto de razões apresentadas pelo consórcio quando solicita a desistência prende-se por razões de prazo e por razões de conjuntura (crise económico-financeira nacional, internacional, etc.). Sendo certo que do ponto de vista de prazo é preciso saber-se, e penso que quem foi acompanhando sabe, que a Câmara esteve condicionada pelo facto de ter havido um concorrente, o segundo concorrente, que apresentou uma providência cautelar e um processo em tribunal, que condicionou completamente os prazos a cumprir. E quando a providência cautelar que foi apresentada suspendeu, recorreram da decisão da providência cautelar a favor da Câmara e suspende de novo e continua a decorrer o processo em tribunal. Foi condicionado o prazo claramente pela actuação do segundo concorrente, que naturalmente empurrou o prazo para o momento da crise económica que prejudicou a aceitação do concurso por parte do consórcio ganhador. Contudo, responderei às questões formuladas com todo o gosto, ponto por ponto.

Relativamente à intervenção do senhor deputado António Fernandes.

Eu, se não o conhecesse tão bem e se não soubesse que o senhor gosta mesmo de Leiria, diria que quem o ouvir chega à conclusão que o senhor não gosta mesmo de Leiria. Mas como eu o conheço bem e sei que o senhor não tendo vontade diz aquilo que não quer, a verdade é que só não vê quem é cego ou está de má fé.

As transformações que Leiria tem tido e nomeadamente o seu Centro Histórico são visíveis. Se o senhor disser se é aquilo tudo que nós quereríamos, claro que não, muitas dificuldades temos encontrado pelo caminho, sendo certo que eu já as referi aqui muitas vezes e até a si pessoalmente. Mas que muita coisa já se fez já, no espaço público, na recuperação de imóveis, muita coisa. Não está no seu melhor, a recuperação de um Centro Histórico com uma dimensão até mais pequena que a de Leiria, nunca demora menos do que vinte e cinco a trinta anos para ficar tudo recuperado, de qualquer das maneiras eu acho que muita coisa foi feita. E portanto quando o senhor refere esses bilhetes-postais todos, eu às vezes penso que não gosta de Leiria.

Senhor Presidente, muito obrigado e agora dava a palavra aos senhores vereadores para dar os restantes esclarecimentos.



***NEUSA MAGALHÃES (VEREADORA DO PELOURO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO)***

Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhora Presidente de Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, público, Comunicação Social, muito boa noite.

Venho aqui para dar um esclarecimento à questão colocada pelo senhor deputado João Cunha relativamente às areias do Pedrógão.

A marginal é invadida pelas areias devido à acção do vento. Nós já ensaiámos algumas medidas no sentido de impedir que essas areias invadam a marginal. O que aconteceu é que a colocação de uma vedação que servisse de tampão, veio provocar depois a derrocada daquele muro do paredão da praia. E portanto, isso revelou-se uma má solução. O que significa que é impossível impedir que as areias venham para a marginal.

Neste momento há um acordo de colaboração com a Junta de Freguesia, no sentido de que a Câmara lhe atribua um apoio para ser a Junta de Freguesia a promover a remoção das areias, porque está mais próximo, fica mais barata à Câmara, e acaba por utilizar e potenciar os meios mecânicos, nomeadamente um tractor que tem e a mão-de-obra que também tem. É esta a solução.

Já agora aproveitava para anunciar o seguinte:

Hoje mesmo tivemos uma reunião na Câmara com a equipa projectista do projecto de requalificação da marginal da praia do Pedrógão, para ultimar o projecto, têm um prazo até meados de Março, uma vez que esse mesmo projecto tem o apoio do QREN, concretamente no âmbito da contratualização.

Portanto, vai ser uma realidade a requalificação da praia do Pedrógão.

Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado João Fonseca, queria esclarecer o seguinte:

Os dois quiosques que estão instalados por cima do Parque da Fonte Quente foram adjudicados num concurso há cerca de nove meses sensivelmente. Acontece porém que, os quiosques tinham um problema, a instalação eléctrica não foi certificada pela Certiel. E portanto a Câmara teve que imputar essa responsabilidade ao empreiteiro que teve que refazer toda a instalação eléctrica, razão pela qual não pôde entregar os mesmos quiosques aos concessionários que os tinham adjudicado. Neste momento um concessionário, e digo concessionário



porque um deles manifestou o interesse na adjudicação do espaço, esse espaço irá dentro de um mês aproximadamente de novo a concurso, mas um deles já tem neste momento a chave em poder dele para poder abrir, e foi-nos dito que abriria agora na Primavera porque aquele local é um local à beira do rio, e portanto ele quer abrir numa época em que possa ter a esplanada e as condições para abrir o espaço. É este o ponto de situação. Um deles já está aberto como sabe, que é aquele quiosque dos jornais. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora vereadora.

Agora o senhor vereador Fernando Carvalho!

***VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO, OBRAS MUNICIPAIS E EQUIPAMENTO (ENG.º FERNANDO CARVALHO)***

Muito boa noite a todos.

Fernando Carvalho, Vereador.

Só duas notas em resposta ao senhor deputado Domingos Carvalho, uma vez que referiu problemas de estacionamento na Rua de S. Miguel. Dizer que concordamos inteiramente com as suas observações, e é por isso que ainda esta semana, se iniciaram lá alguns trabalhos nomeadamente na subida, com protecção do talude esquerdo, que já está terminado, e vai ser completado o trabalho com pinturas de pavimento, no sentido de disciplinar, proibindo algum estacionamento ilegal que tem sido de facto dificultado, em termos de fiscalização pela PSP.

Em relação à questão colocada pelo senhor deputado Carlos Guerra, sobre a requalificação de estradas no nosso Concelho.

Eu queria dizer-lhe apenas que o papel das autarquias, Câmaras e Juntas de Freguesia, também não se limita só a tapar os buracos como é evidente. É uma missão que até durante este período chuvoso é extremamente difícil, porque não é possível assegurar boas condições de colagem dos pavimentos. Mas existem várias intervenções planeadas, em conjunto com as Freguesias, hoje mesmo vem aqui a delegação de competências de cerca de um milhão trezentos e cinquenta mil euros para as Juntas de Freguesia, onde a maioria das intervenções é de requalificação de pavimentos. Mas há um conjunto de requalificações que estão a



ser projectadas e lançadas pelo Município de Leiria e posso referir-lhe só meia dúzia delas, que são talvez as mais importantes. Duas delas, que estão já para o Tribunal de Contas, são na Freguesia da Barreira, é a estrada principal com intervenção no pós saneamento, corresponde a um milhão de euros de investimento, e ainda na Freguesia da Barreira trezentos e cinquenta mil euros de investimento na estrada de Marvila a Andreus. Estão a ser terminados os processos para concurso na Freguesia de Maceira, das estradas principais, nomeadamente de Maceirinha à Batalha, também com várias centenas de milhares de euros de investimento, na estrada 540 Maceira /Picassinos e na própria estrada dos Guilhermes. A estrada 1038 da Bidoeira até à Guia, com mais de um milhão de euros de investimento, e assim sucessivamente.

Portanto, há um conjunto de intervenções programadas, a curto e médio prazo, nas estradas principais do Concelho. É evidente que não serão feitas em todas as intervenções, estão escalonadas, mas existe um programa bastante intenso já preparado para este ano. Obrigado

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor vereador.

Terminada esta fase de intervenções e explicações temos então quatro moções e uma proposta para serem votadas.

A primeira moção é uma moção conjunta, apresentada pelas senhoras Presidentes de Junta das Freguesias de Leiria e Marrazes, sobre a questão da cedência por parte do Estado, dos imóveis classificados - o ex-DRM, o Hospital Militar e a Carreira de Tiro.

Julgo que os termos em que foi feita esta moção são perfeitamente inócuos, não justificam qualquer alteração nem discussão, são claros e portanto vou colocar à votação.

Quem vota a favor?

Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com duas abstenções, aprovar a moção apresentada pelas Presidentes de Junta das Freguesias de Leiria e Marrazes.**



A segunda moção é a moção apresentada pelo senhor deputado Pedro Faria, diz respeito à deslocalização da Direcção-geral de Economia do Centro de Coimbra para Aveiro. Algum pedido de esclarecimento adicional? Então vou colocar à votação.

Quem vota a favor?

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a moção apresentada pelo deputado Pedro Faria.**

A terceira moção foi apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra e está relacionada com o problema da poluição dos efluentes suínícolas na bacia hidrográfica do rio Lis.

Quem vota a favor?

Quem vota contra? Um voto contra.

Quem se abstém? Oito abstenções.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com um voto contra e oito abstenções, aprovar a moção apresentada pelo deputado Carlos Guerra.**

A última moção apresentada por este mesmo deputado, tem a ver com os custos energéticos que levaram já ao encerramento do forno de produção de vidro da empresa TOSEL, comparativamente aos preços mais competitivos praticados noutros países, nomeadamente em Espanha.

Quem vota a favor?

Quem vota contra?

Quem se abstém? Cinco abstenções.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com cinco abstenções, aprovar a moção apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra.**

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Finalmente temos a proposta de recomendação apresentada pelo deputado José Henriques, para a criação de uma Comissão de Acompanhamento de âmbito municipal, na construção da ETES.





Quem vota a favor?

Quem vota contra? Dois votos contra.

Quem se abstém? Sete abstenções.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com dois votos contra e sete abstenções, aprovar a proposta de recomendação apresentada pelo senhor deputado José Henriques.**

O senhor deputado João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, vai fazer uma declaração de voto. Faça favor!

***DEPUTADO JOÃO MARTINS PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)***

João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Vinha aqui apenas dar os parabéns ao Bloco de Esquerda por ter feito a reunião que fez no último dia 19 de Fevereiro, em que realmente foi convidada toda a sociedade civil que se interessa pela situação da ribeira dos Milagres, e eu como Presidente de Junta de Regueira de Pontes, vivo na foz da ribeira dos Milagres, é onde passam todos os efluentes suinícolas. Uma das recomendações que fiz numa das várias reuniões a que fui, embora não tenha intervindo nesta, foi sobre a importância de nos unirmos em torno da construção da Estação de Tratamento dos Efluentes Suinícolas e parece-me que esta é a última oportunidade para resolver este problema. Por isso, o meu voto a favor desta moção e o congratular-me com esta iniciativa do Bloco de Esquerda, a bem do Concelho e em particular da minha Freguesia. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Terminado este período passaremos ao período da Ordem do Dia.

**ORDEM DO DIA**

1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N.º 1, DO ARTIGO 53º DA LEI N.º 169/99, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11/01;



***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhor Presidente deseja dar alguma explicação sobre este ponto? Faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Eu normalmente não faço apresentação do relatório porque está escrito. Depois de ter sido feito este relatório tivemos algumas reuniões, quer a nível da Associação Nacional de Municípios quer a nível da CCDR Centro, quanto ao ponto de situação do QREN. E eu não posso deixar de me lamentar aqui que este novo quadro comunitário de apoio entrou em vigor em 2007. Passou 2007, passou 2008, estamos praticamente em Março de 2009 e não há, à excepção da área da Educação, que tem umas tantas candidaturas aprovadas, mais nada a funcionar. É um enredo, e eu já referi isso aqui aquando da aprovação do plano e do orçamento, em que o Governo se meteu, que não é capaz de se desenredar. Isto é algo de inexplicável, porque nós vivemos angustiados, autarcas e não só, penso que todos os agentes económicos, porque cada reunião que existe para tratar deste assunto é uma reunião mais complicada do que a outra.

Os regulamentos são cada vez mais complicados, as candidaturas estão tempos infinitos para serem analisadas e depois autorizadas e aprovadas, e portanto eu queria deixar aqui esta mágoa, porque a minha perfeita convicção é que à excepção de dois ou três projectos, sobretudo na área da Educação, tudo o resto vai passar o ano de 2009 sem realizações financeiras no âmbito do QREN. E eu acho que isto é muito mau. Por um lado ouvimos o Governo e bem, que é preciso dinamizarmos a economia, ouvimos o senhor Presidente do Tribunal de Contas, que também actualmente tem sido do mais complexo possível a analisar os processos no Tribunal de Contas, tudo é problema, mas por outro lado vem dizer que é preciso dinheiro para dinamizar a economia. E a verdade é que estamos num ano com estas preocupações todas e um instrumento tão importante, com verbas muito significativas vindas da Comunidade Europeia, não se gasta porque não se investe, porque não se consegue aprovar as candidaturas.

Era só deixar esta nota, que não ficou escrita no relatório pelos motivos que já referi no início da minha intervenção. Em 2010 vamos fazer o balanço do QREN e vamos ficar envergonhados, o País vai ficar envergonhado, porque não teve capacidade para realizar e naturalmente não vai ter compensações nenhuma, do



ponto de vista de aditamentos financeiros, porque não conseguiu realizar. Era só senhor Presidente.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado pelo esclarecimento senhora Presidente.

O senhor deputado Carlos Guerra tinha pedido para intervir neste ponto? Faça favor!

***DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)***

Carlos Guerra, Partido Comunista Português.

Eu já foquei aqui uma vez o seguinte:

Este relatório de actividade é muito extenso, transcreve coisas que são as funções dos próprios serviços. Fazem ofícios, têm que fazer ofícios! Fazem informações, têm que fazer informações! Por exemplo, uma coisa que era importante que o senhor vereador há pouco referiu, as aberturas de concursos e o processo da requalificação das vias que deveria estar aqui e não está. Isso no meu entender é que traduz a actividade da Câmara. É realmente o que nos interessa e o que interessa às populações, não é os ofícios, as informações e os pareceres. A questão também que a senhora Presidente falou sobre o QREN, tudo bem não conseguiram a tempo que constasse do relatório, mas são este tipo de informações que nos interessam e nos dizem respeito.

Por outro lado, continua a não vir a informação sobre a situação financeira dos SMAS e da Leirisport, acho que também faz parte do Município e não custava nada que a Assembleia Municipal periodicamente, sempre que há reuniões ordinárias, também tivesse conhecimento sobre esta situação. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório da Actividade do Município e respectivo Relatório Financeiro.**

Não havendo mais inscrições passamos ao ponto n.º 2.



## **2. RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO AMBIENTE ACÚSTICO MUNICIPAL DE 2007 E 2008 – APRECIÇÃO;**

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Algum comentário senhora Presidente? Não.

Alguém se deseja pronunciar? Também não.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório sobre o estado do ambiente acústico municipal de 2007 e 2008.**

## **3. AUDITORIA DA INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS AO “CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL” NO MUNICÍPIO DE LEIRIA – RELATÓRIO DEFINITIVO – APRECIÇÃO;**

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Tem a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia.

### ***DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)***

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais:

A Inspeção Geral de Finanças ao submeter à apreciação deste Órgão autárquico o relatório da auditoria à situação financeira da Câmara de Leiria, fá-lo no estrito cumprimento da lei da República que regulamenta as competências de acompanhamento e fiscalização política atribuídas às Assembleias Municipais. Com efeito, é para exercermos esse direito e esse dever que aqui estamos e – decorrendo do modo como o fizemos – sermos capazes ou não de corresponder às legítimas expectativas dos munícipes que nos elegeram.

Muitos de nós não somos economistas, técnicos ou revisores oficiais de contas experimentados em análise financeira. Todavia, o relatório 1413/2008 da IGF, a que todos tivemos acesso, é de tal modo claro e inequívoco que sem qualquer dúvida, nos suscita profunda perplexidade, dada a gravidade da situação lá



exposta. Não é preciso, usarmos argumentação demasiado adjectivada para mostrar a nossa indignação ou divergência substantiva. Basta-nos remeter para o teor das conclusões do relatório sobre a actividade do Município de Leiria, onde são vertidas acusações de linear aspereza como “ *prática de empolamento do orçamento das receitas; violação permanente do princípio do equilíbrio orçamental; falta de fiabilidade dos documentos de prestação de contas; relevante acréscimo do serviço da dívida; aumento da dívida administrativa/comercial de curto prazo; sucessivos, relevantes e crescentes saldos reais negativos de operações orçamentais; evolução desfavorável da relação entre os seus activos e passivos financeiros relevantes para o apuramento do endividamento líquido; detecção de dívidas não relevadas contabilisticamente entre 2, 4 Milhões e 3 Milhões de euros, etc, etc, (...)*” Mesmo depois de lermos o desajeitado contraditório apresentado pelo Executivo recorrendo, basicamente, a considerações laterais, subsiste o traço geral de profundíssima crise da Autarquia, que não nos pode deixar indiferentes. De nada valeram as lapidares demonstrações críticas das opções de gestão e as sucessivas recomendações aqui proferidas pelos deputados municipais do Partido Socialista, aquando da aprovação, pela maioria, das contas e dos orçamentos anuais. De nada valeram as sugestões e críticas construtivas avançadas, em tempo, pelos Vereadores da Oposição. De nada valeram os requisitos técnicos dos deputados municipais do PSD que aqui nos vieram fazer piedosos votos de fé na credibilidade e na adequada administração da *coisa pública*. De nada valeram as tímidas mas sintomáticas abstenções de deputados do CDS e de alguns Presidentes de Junta, na votação dos últimos orçamentos. Todos eles, que reputo de cidadãos bem intencionados, devem estar, no mínimo, embaraçados com a dimensão da gravidade desta situação. A todos estes avisos, a todas as críticas oportunas, o PSD respondeu com atitude sobranceira, com autismo partidário, com o logro do rol de promessas sempre adiadas e até, em episódios conhecidos, com desconsideração pessoal. O resultado está à vista de todos!

Não julguem, no entanto, que nos regozijamos com o facto de termos tido razão e de não termos sido ouvidos. Não creiam que desejaríamos construir o nosso projecto alternativo em cima duma conjuntura ruinosa que abala a



imagem competitiva do Concelho de Leiria e a credibilidade das instituições democráticas locais. Não pensem que fazemos esta denúncia pública com a leveza que pode transparecer de uma mera disputa partidária. Não! É mesmo com preocupação pelo nosso futuro colectivo enquanto cidadãos de Leiria e com desconforto pessoal perante a aguda constatação da incapacidade de gestão revelada por quem tem dirigido o governo autárquico. Como é possível ter-se chegado a este estado crítico de, por exemplo, a Câmara estar a pagar juros bancários no montante de, aproximadamente, 1 800 contos/dia (usando a moeda antiga como referência) e, apesar disso, persistir na absurda desvalorização de resultados irrefutáveis? Que confiança pública pode ter uma entidade como esta, cuja totalidade da receita de um exercício, não bastaria para solver a totalidade da sua dívida? Como podem os responsáveis da gestão autárquica ter firmeza negocial com quem quer que seja, quando o prazo médio de pagamento do Município a terceiros se cifrava, em 2006, em 192 dias, e em Abril de 2008 já ia em 283 dias? Como justificar perante os cidadãos eleitores o sistemático e fantasioso empolamento das receitas orçamentais, que permitiu, no ano de 2006, a realização de despesas no valor de 68 milhões, sem que existissem os meios de pagamento para o efeito? Que perspectivas de futuro poderemos ter, sabendo que a dívida municipal "per capita" (por cada eleitor leiriense) é já superior aos 751 euros mencionados pelos auditores? Que garantias nos podem ser dadas ao lermos, com espanto, no relatório da IGF, que (cito) *"os documentos de prestação de contas, não proporcionam, (...) ao contrário do que seria exigível, uma imagem verdadeira apropriada da situação financeira da entidade"*?

É inútil tentar tapar o sol com a peneira!

É desadequado encontrar as culpas na acção de outrem!

O relatório agora conhecido não deixa margem para dúvidas.

Por isso censuramos, sem tibieza, os protagonistas políticos deste intrincado novelo de problemas em que estamos enredados e, naturalmente, manifestamos aqui a nossa indignação.

Mas cremos que esta lamentável conjuntura faz, também, emergir questões mais expressivas ao nível da ética política, do funcionamento democrático dos órgãos autárquicos, da transparência da administração pública, da lealdade



institucional que importa, agora, ponderar, avaliar e extrair consequentes ilações de sanção política de quem é responsável por este estado de coisas. São procedimentos como este que minam a confiança dos eleitores nos órgãos políticos representativos e que ferem de morte o prestígio do poder local. Esta Assembleia, no seu todo e como órgão regulador da actividade municipal, tem o dever democrático de o registar. Tem o direito cívico de se sentir subalternizada de forma sistemática e deliberada. Tem o imperativo moral de manifestar a sua profunda preocupação quanto ao desenvolvimento futuro do nosso Concelho.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais: todos nós, cidadãos e cidadãs eleitores/contribuintes, somos como que sócios desta grande empresa que está à beira do colapso. Neste órgão fiscalizador, tal como numa Assembleia-geral, compete-nos avaliar quer os resultados quer o desempenho da Administração. Num caso como noutro, se o fizermos de consciência livre e perante a evidência de tais factos, só nos resta um caminho: censurar a má gestão, exigir explicações credíveis e promover, a breve prazo, a sua substituição. Muito obrigado. Tenho dito!

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Agora o senhor deputado Domingos Carvalho.

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Boa noite!

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

O início da minha intervenção era questionar qual a utilidade deste relatório. O deputado Pedro Biscaia, na sua capacidade enorme, respondeu-me, é o cumprimento da lei da República, ou seja, é um pró-forma. E eu lamento que seja um pró-forma, que seja apenas uma coisa para cumprir a lei.

É porque este relatório é de tal forma tardio que choca. Que quero eu dizer com isto? Que pelo teor do relatório haver um relatório que vai analisar uns anos que acabaram há três anos, ou seja até 2006, leva a uma situação tão paradoxal quanto isto, uma acusação que é feita à gestão da Câmara é de que contribuiu para o deficit. Hoje 2009 podemos dizer, parabéns senhora Presidente, antecipou o presente. Isto é o anacronismo total, ou seja, aquilo



que era o controle do deficit, que era o paradigma máximo, era aquilo que era intocável e que hoje toda a gente já fala em esquecer, os 3,2% face à realidade.

Portanto, aquilo que nós cidadãos pretendemos da Administração, são relatórios que não sejam apenas custo. Isto da forma que está é dinheiro dos contribuintes deitado à rua. Não serve para rigorosamente nada. Mas há uma sugestão que eu quero dar à senhora Presidente se me permite.

A senhora Presidente, no rol de soluções que são agendadas pelos senhores que fizeram este relatório, é-lhe dito que venda o Património.

Senhora Presidente, faça como faz o Ministério das Finanças, cria uma empresa municipal à qual vai vender o património sobrevalorizado, e aí vai contribuir para a resolução do problema do défice do Município. É mais uma das coisas que nós aqui vimos absurda, que é absurda.

É lógico que a situação financeira do Município é complicada. Aliás, devo dizer-vos que naquele documento apócrifo que vem no final como justificação, que presumo que seja da senhora Presidente, porque não tem qualquer assinatura, perpassa uma sinceridade absoluta em relação a esta situação. Devo dizer que mais do que este relatório me preocupou, foi na última Assembleia Municipal a senhora Presidente dizer que no futuro quando terminarem os quadros comunitários de apoio, a capacidade de funcionamento das câmaras reduz-se à gestão corrente. É evidente que todos nós temos consciência que o problema da situação financeira da Câmara Municipal de Leiria, que é aquela que nos diz respeito, é grave, mas é em todo o lado.

Havia um amigo meu que dizia que a gestão dos Municípios era muito complicada, mas ela é complicada e começa por um aspecto que aqui também é relevado no relatório, e que para mim é inentendível. Apesar da minha formação em gestão ser Técnico Oficial de Contas, não sou um especialista, um tubarão da matéria, mas faço o meu acompanhamento da questão. E há uma questão que me choca na gestão pública, e atenção que estamos a falar no sistema moderno do POCAL, que é a gestão por cabimento, ou seja, tem que haver orçamento de receita para haver despesa. Enquanto nas empresas existe uma filosofia de custo e proveito, e a empresa ou dá lucro ou dá prejuízo em função do diferencial entre custos e proveitos, aqui para fazer investimento tem





que haver a projecção de um proveito para justificar a despesa. E atenção meus caros amigos, não vamos ser santinhos, quantos ministérios é que pedem a fornecedores para não apresentar as facturas em Dezembro? Há alguém que seja capaz de dizer o contrário do que eu estou aqui a dizer? É só a Câmara Municipal de Leiria que o faz? Bem, vamos lá ver, ou somos sérios ou andamos todos aqui a brincar. E isto é realmente muito sério, não é para andarmos a brincar, porque aquilo que se atira agora aqui a pedra, é aquilo que toda a gente nesta matéria faz.

Portanto, o Governo deste país é o primeiro a contribuir para esta situação e isso é que me preocupa enquanto cidadão, é não ver saída para os problemas. Colocada esta questão e determinando que face à gravidade do que está expresso, este tema devia ter vindo em tempo útil, eu lançava o apelo para que os salários que são pagos à Administração Pública que é incumbida desta tarefa, que seja eficaz, que não venha três anos depois, depois de baterem no iceberg. O que está aqui em causa é que este tipo de matéria não pode ser tratado desta forma. Se a situação era grave, tinha que ser alertado em tempo útil para que servisse para alguma coisa. Não é realmente depois de bater no iceberg, vir dizer cuidado com o iceberg. Já batemos nele!

Mas com isto é evidente que eu enquanto elemento do CDS/Partido Popular e o deputado Pedro Biscaia que me perdoe, tinha razão há muito mais tempo e a questão do "endividamento virtuoso", aliás não é por acaso que ele está entre aspas, felizmente que está entre aspas, é um modelo económico que alguns Estados apregoam, hoje em dia está a ser tão apregoado, mal aplicado mas muito apregoado, porque supõe-se que irá fazer dinamizar o funcionamento da economia. No nosso caso é aquilo que acontece e portanto não há forma de dar a volta ao texto, temos que viver com o que temos. Agora, peço-lhe por favor, que reconheçamos que a circunstância que se vive em termos do investimento nomeadamente do investimento do Estádio, não foi benéfico para a nossa situação de vida no Concelho, porque se tivermos que levar ao limite, como eu costumava dizer, há uma discrepância muito grande entre aquilo que foi estimado como custo e o custo final da obra. E esse foi um dos maiores problemas, foi um dos maiores dramas da situação que nós estamos a viver. É



que como eu costumo dizer, o nosso maior problema não foi a construção do Estádio, foi a derrapagem no custo. Esse é o nosso maior drama.

E portanto, peço-lhe senhora Presidente, que encaremos esta questão não de uma forma enfim, com a política que agora está tão “socratamente” na moda, dando a volta ao texto, é realmente um problema que é grave e todos nós vamos ser capazes seguramente de dar a volta ao texto. Não tenho qualquer dúvida que vamos, e as condições que temos são aquelas com que vamos viver e vamos conseguir melhorar a situação no Concelho.

Há uma coisa que lhe peço, porque mais uma vez os técnicos pelos vistos erraram. Não aumente as taxas por favor! É porque é estranho que o Governo fale em apoio em tempos de crise, e venham os técnicos do seu ministério dizer para a senhora aumentar as taxas. Por amor de Deus vamos ser sérios! Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Tem a palavra o senhor deputado Carlos Guerra.

***DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)***

Carlos Guerra, Partido Comunista Português.

Relativamente ao relatório da Inspeção-geral de Finanças sobre o controle do endividamento do Município de Leiria, o PCP considera que:

Naquilo que é fundamental, o relatório limita-se através de uma entidade inspectiva, a confirmar aquilo que aqui já vimos anunciando sobre a política orçamental. A IGF confirma que de modo sistemático nos anos inspectivos e nós poderemos acrescentar 2008 também, as maiorias PSD e PSD/CDS têm empolado desmesuradamente a receita para poderem dar satisfação a toda a despesa sem qualquer sustentação na realidade. É grave que nestes anos de 2005, 2006 e 2007, pode-se acrescentar com certeza também 2008, a dívida municipal total será de cerca de noventa milhões de euros, cerca de uma vez e meia a receita anual normal da Câmara.

É grave que a maioria PSD/CDS faça recair nos fornecedores municipais, muitos deles micro, pequeno e médios empresários, o financiamento das suas actividades durante muitos e muitos meses. É lamentável que a dívida comercial de curto prazo tenha aumentado entre 2005 e 2007, e é lamentável que, como



consta do relatório e todos nós já sabíamos, o Município de Leiria apresenta uma situação financeira desequilibrada na perspectiva orçamental e de tesouraria, que gera a incapacidade e a indisponibilidade para satisfazer atempadamente ou num prazo comercialmente corrente, os compromissos de curto prazo assumidos para com terceiros.

Sempre afirmámos haver falta de rigor na política orçamental e falta de responsabilidade na gestão financeira, porque como se diz no relatório, se o Município de Leiria não pretendia de facto empolar os seus orçamentos de receitas e com isso realizar despesas sem uma efectiva cobertura na receita cobrada, então seria de esperar sim, que existisse uma efectiva articulação e incompatibilização entre os montantes da receita efectivamente cobrada e da despesa realizada o que não acontece.

Não houve, face aos níveis de cobrança efectiva da receita, uma gestão orçamental prudente na execução e realização da despesa. Acrescentamos que não houve e continua a não haver por parte desta maioria, uma gestão orçamental prudente. O relatório atesta o que sempre afirmámos.

Há razões ponderosas para votar contra os orçamentos que nos são apresentados pela maioria PSD/CDS e para fazermos sistematicamente uma apreciação negativa das contas.

Este relatório apresenta contudo, alguns aspectos preocupantes e inaceitáveis, de intromissão na autonomia do Poder Local por parte do Governo PS.

Trata-se de um relatório que evidencia aspectos de instrumentalização da Inspeção-geral de Finanças pelo Governo do Partido Socialista. A IGF, que devia ser isenta e cumprir apenas o seu papel de tutela inspectiva, emerge aqui governamentalizada e a fazer apreciações inaceitáveis na esfera da tutela de mérito sobre gestão dos recursos financeiros do Município, claramente para lá dos limites que a Constituição da República prevê.

É apenas aos órgãos do Município e às populações, que cabe julgar se os montantes e os destinos dos empréstimos de médio e longo prazo têm ou não têm mérito. Também não é ser sério por parte da IGF, e é até outro sinal de instrumentalização, que se façam conclusões à luz de leis que só conheceriam a luz do dia dois anos mais tarde.



**PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)**

Muito obrigado senhor deputado

Deputado João Cunha faça favor.

**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha, PSD.

Eu dei uma leitura de uma forma mais ou menos atenta acerca deste relatório, e gostava de vos transmitir a sensação com que eu fiquei da leitura daquele documento.

Para mim trata-se claramente de um documento de natureza panfletária. É um documento que se permite tecer, a pretexto de credibilidade orçamental e de credibilidade financeira, toda a espécie de considerandos sobre aspectos de natureza de cisão política, de estratégia de desenvolvimento concelhio que foi adoptada ao longo do tempo, e muitas vezes distorcendo indicadores que eles próprios acarreiam para o próprio processo.

Eu vou só dar aqui um exemplo, para quem tem o documento à mão, pode ver na página 19, a certa altura diz-se o seguinte: *"...não bastaria a totalidade da receita do Município de Leiria de um exercício, para solver a totalidade da dívida..."*. Quem ler isto diz claramente que estamos na catástrofe. Mas depois tem lá um ponto 11 que remete para uma nota de rodapé deste mesmo ponto, onde acrescenta a esta conclusão brilhante que tiraram no corpo do documento, e que diz *"...não se desconhece no entanto que parte da dívida referida tem a natureza de médio e longo prazo..."*. Ou seja, isto é um exemplo, como poderia citar outros ao longo do documento, onde se nota claramente uma perversão de quem elabora o documento, no sentido de gizar um conjunto de conclusões que sob o ponto de vista do enquadramento da IGF no Ministério das Finanças e da política que vem sendo desenvolvida pelo Ministério das Finanças do Partido Socialista, obviamente tem um sentido claro. Porque não é inocente que um documento que já é anterior ao virar do ano, apareça agora para vir aqui ser presente. Mas a questão fundamental que tem a ver aqui, tem a ver com a estratégia do desenvolvimento concelhio que foi adoptada. Toda a gente sabe que o Município de Leiria, e eu estou perfeitamente à vontade porque não participei em nenhuma decisão acerca da matéria nem nunca me pronunciei publicamente sobre essa matéria, nem a favor nem contra, que teve a ver com



o EURO 2004. E eu gostava que houvesse da parte de muita gente que se tem pronunciado sobre esta matéria, alguma honestidade intelectual, porque muitas das pessoas que estiveram no Castelo de Leiria ou que foram a Lisboa ao Ministro do Desporto solicitar que o EURO 2004 viesse para Leiria, sabendo o impacto que isto teria, muitos deles dizendo que “nós somos investidores privados e vamos entrar com dinheiro” e vamos fazer e acontecer, etc., e quando chegou a devida altura o Município de Leiria ficou sozinho a honrar os seus compromissos. E isso nunca ninguém soube retirar essa conclusão e dizer ao Município de Leiria que soube cumprir essa situação. Podendo nós dizer naturalmente que se calhar o fez mal, mas fê-lo, honrou os seus compromissos. E isso teve um impacto financeiro que todos conhecem, obviamente todos conhecem. E quem ler este relatório pode ficar ciente de que o Município de Leiria estará para fechar, estamos com certeza no pântano do Eng.º Guterres, o tal que foi embora, que se demitiu, o pântano. Mas a senhora Presidente continua ali a dar a cara, a falar aqui sobre estas questões, mas quem ler este relatório, isto já fechou, Leiria já não funciona mais, mas ao longo deste tempo, desde o tempo de análise que estamos aqui a falar, desde 2006, o Município de Leiria trouxe aqui a esta Assembleia sempre novas soluções, e nós sufragámos essas novas soluções e elas estão a ser postas em prática, a adesão ao programa pagar a tempo e horas, etc., à procura de soluções para os problemas. Naturalmente que temos aqui uma questão de fundo e que toda a gente também sabe qual é e que hoje aqui o deputado José Manuel Silva também referiu, que é a questão do topo Norte. Obviamente que a questão do topo Norte estava inscrita dentro de um processo de requalificação urbana e que fazia parte de um concurso que toda a gente aqui conhece, e esse concurso sofreu as vicissitudes todas que já foram aqui faladas, porque se esse concurso estivesse hoje a ser concretizado, se calhar este relatório da IGF ainda ficava um documento mais pré-histórico do que aquilo que já é.

E portanto esta mistificação toda que vem aqui ser trazida a público, e eu gosto muito de ouvir o meu amigo Pedro Biscaia, fez aqui uma dissertação brilhante sobre o documento, mas eu confesso-lhe, profeta desgraça, e eu não vejo essa desgraça que foi aqui elencada. O que eu vejo é que há dificuldades e uma das dificuldades maiores é o Município não poder concretizar todo um conjunto de



projectos precisamente por causa do atraso do QREN que também já foi aqui falado. Mas isso faz parte de outro tipo de circunstâncias. Agora não estejamos aqui todos a dizer que estamos a ir pelas ruas da amargura, há dificuldades é verdade e o próprio relatório também naturalmente que fala disso. Nós não estamos a dizer que todo o relatório é uma mistificação, há efectivamente questões que têm que ser analisadas e que, o próprio relatório diz, a Câmara mostrou-se disponível para corrigir, mas não estejamos três anos depois a dizer que finalmente veio alguém dizer que nós estávamos na desgraça, quando depois disso há todo um percurso que já foi feito e há outro futuro que há-de vir aí e que está programado para que esta situação seja dirimida ao longo do tempo. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado

Tem a palavra agora a senhora Presidente para os esclarecimentos que entender.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Muito obrigada Senhor Presidente. Só algumas notas sobre aquilo que ouvi e dizer que a apresentação feita pelo senhor deputado Pedro Biscaia foi sem dúvida nenhuma pela maneira como a leu, como a apresentou, um perfeito drama. E depois, o que vamos analisar é quem é que fez o guião para este drama: a IGF, órgão do Ministério das Finanças, órgão do Estado. Não estamos a falar em nenhuma entidade independente, não estamos a falar do Tribunal de Contas, estamos a falar de um órgão do Estado. E foi com alguma caricatura que o senhor deputado Domingos Carvalho aqui apresentou, que se pode considerar completamente inútil.

Como é que é possível que apresentem um relatório relativamente a contas que vão de 2004 a 2006, no princípio de 2009? Mas mais estranho ainda, é porque é que é em 2009? Estamos a falar de um Ministério das Finanças de um Governo. E portanto, nós temos o direito de nos interrogar sobre a independência de quem faz estas coisas, pela maneira como as faz, porque se vai em 2006 fazer o relatório sobre as contas de 2006 ou vêm no princípio de 2007, pode-se considerar que há aqui boas intenções e boa fé, agora quando apresenta em



2009 um relatório sobre contas de 2004 e 2005 e 2006, sem sequer referir em ponto algum a evolução que se sofreu de lá para aqui e que foi claramente positiva, naturalmente temos o direito de desconfiar. E eu tenho!

Como dizia o senhor deputado Carlos Guerra e bem, há uma intromissão completa naquilo que é a autonomia do Poder Local.

A Inspeção-geral de Finanças é uma instituição do Estado, que deve vir ver o comportamento da legalidade dos procedimentos contabilísticos, e aí aparecem algumas observações e muito bem. Mas a Inspeção-geral de Finanças vai muito para além disso, faz análises relativamente às opções estratégico-políticas de quem é eleito e isso não lhe compete. Para além de que, do ponto de vista de intenções de análise, há questões que são tão graves quanto isto, fazem-se observações sobre 2006 aplicando leis de 2008. Isto é pouco sério!

Há em determinada altura, uma análise que é feita relativamente à situação de equilíbrio financeiro ou de não equilíbrio financeiro, em que é aplicado à situação concreta de 2006 a legislação de 2008. Isto não é sério! Porque em 2006 era a lei de 2006, nós não podemos dizer que aquilo em 2006 estava mal porque a lei de 2008 alterou completamente as regras. Eu acho que isto é completamente falta de seriedade intelectual na análise.

E portanto quando nós vemos estas análises, e eu volto a dizer, não significa isto que não se considera que há dificuldades financeiras, como dizia o deputado Domingos Carvalho há bocado, eu na última Assembleia Municipal disse aqui que o futuro das autarquias vai ser muito complicado, ainda por cima com a crise que existe, a redução de impostos vai ser a pique, e nós vamos ficar com grandes dificuldades. Passando o QREN, é para manter aquilo que entretanto foi sendo feito. Há dificuldades objectivas, agora para além das dificuldades objectivas, para além de algumas incorrecções contabilísticas que lhe compete observar e dizer que devem ser corrigidas e muito bem, há claramente intenções para que em Fevereiro de 2009 seja apresentado um relatório sobre contas de 2004, 2005 e 2006, com análises políticas que valha-me Deus!

Além disso, interessa referir e alguém dizia aqui que temos que nos preocupar é com a autarquia de Leiria, naturalmente, mas nós não vivemos isolados vivemos num país onde há trezentas e oito autarquias e interessa referir isso.



Está na minha nota final (não está assinada mas é efectivamente minha), que precisamente sobre 2006 há um relatório com credibilidade feito pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, feito por professores universitários, que fazem uma análise comparativa com indicadores financeiros. E todos os indicadores financeiros são alvo da análise da IGF, e o Município de Leiria é considerado o vigésimo segundo melhor no conjunto dos indicadores.

Portanto, quando nós ouvimos este drama da maneira como o deputado Pedro Biscaia o apresentou, imaginaremos como é que será o drama nos outros Municípios que estão piores do que estes vinte e dois. Não há dúvida nenhuma, que eu acho que há aqui um claro aproveitamento político de uma situação do tal guião que é oferecido pela IGF. Muito obrigado senhor Presidente

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhor deputado José Manuel Silva.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)***

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Há bocado não quis intervir mas agora aproveito, porque a questão que eu levantei como toda a gente percebeu, prende-se também com isto e gostava de dizer o seguinte:

Eu tenho sempre imenso prazer em estar nestas sessões da Assembleia Municipal sobretudo quando elas decorrem como a de hoje, porque permitem um debate vivo de ideias e uma análise política das questões que aqui são tratadas.

Evidentemente que a Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno, como nós todos sabemos, é uma artista e portanto acaba sempre por conseguir. E eu já lhe tenho dito isto pessoalmente e portanto estou à vontade para dizer aqui, que ela tem o dom de tentar sempre, mas nem sempre consegue e nós também não deixamos sempre, dar a volta às situações e naturalmente sair sempre, salvo o devido respeito, por cima. O que é que aconteceu?

Ela percebeu muito bem, porque a senhora é espertíssima como toda a gente sabe se não não estava nas funções em que está há tanto tempo, o que é que eu lhe quis dizer. Mas como a senhora disse que não percebeu, eu vou tentar explicar.





A questão que eu levantei era saber quanto é que nos está a custar o topo Norte e liga-se com esta questão de agora. E como não quero dar o exemplo do Município dou o exemplo do senhor Silva, que constrói um prédio com dinheiro do banco, e naturalmente constrói o prédio a pensar que no fim vende os andares e vai pagar a dívida ao banco. O problema é que quando chega ao fim do prédio, não tem quem lhe compre os andares. E portanto das duas uma: ou arranja maneira de solver os seus compromissos com o banco e isso tem um custo, ou dá um tiro na cabeça e deixa o problema para alguém.

Como a Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno claramente não dá tiros na cabeça, a gente quer saber quanto é que custa o pagamento da dívida, por se ter chegado ao fim da obra do topo Norte, e já lá vão uma série de anos, e não se ter vendido o topo Norte, nem feito nada lá que dê rendimento.

Portanto, não só não se obteve qualquer proveito da venda do topo Norte, como há um serviço da dívida que é pesado, e é sobre isso que nós queremos saber, quanto é que nos custou a nós todos. E quando eu há bocado pedi ao senhor Presidente da Assembleia para lhe pedir a si, não foi por nenhum maquiavelismo nem nenhuma mudança na sua relação consigo que sabe que é franca e aberta e amistosa, independentemente destas pequenas guerras aqui ou noutra sítio qualquer. Não é isso que estava em causa. Foi apenas uma questão de acentuar digamos assim, o carácter que nós damos a esta matéria de importância, e portanto foi apenas uma questão formal. Não foi que eu duvidasse que a senhora Presidente não tomasse nota do que eu estava a dizer. Relativamente à parte restante da conversa que tem a ver com o relatório da IGF, eu tinha-me até guardado de intervir nesta matéria mas sinceramente não resisto, porque acho que houve aqui um colorido de tons rosa, que não propriamente aqueles do PS, relativamente a esta matéria. Porque toda a gente veio dizer aqui, excepto o PS, que isto está instrumentalizado, que o relatório foi mal feito, que já passaram muitos anos, etc., escondendo uma coisa que eu acho que é fundamental, que é aquilo que nós estamos aqui a ajuizar, que é qual é o facto político relativamente à publicação deste relatório e à sua divulgação? É que há instrumentalização da IGF? Valha-nos Deus!

Quer dizer, acreditam que o Primeiro-ministro ou alguém do PS anda a instrumentalizar os órgãos do Estado, para virem em ano de eleições, bom,



provavelmente é o que os senhores fazem quando lá estão! Peço desculpa, vamos ser sérios, porque se os senhores são sérios, sabem que o Governo é uma coisa e o Estado é outra coisa diferente, os funcionários públicos são honestos e não se deixam instrumentalizar. Valha-me Deus!

Provavelmente alguns dos senhores são funcionários públicos. Deixam-se instrumentalizar? Bom, vamos ser sérios!

Se os senhores querem ser respeitados dêem-se ao respeito! O que está aqui a acontecer, com as vossas gargalhadas, ou a gente está a brincar e estamos a falar da sondagem que o PSD fez relativamente às autárquicas deste ano, e isso é que é motivo para gargalhada, ou se estamos a pôr as coisas em termos sérios relativamente à administração do País vamos ser sérios, porque o assunto não é de gargalhada. Esta matéria que aqui está a ser discutida, envolve muitos milhares de contos que saem dos vossos bolsos, dos meus e de toda a população deste país. E portanto, isto não é um assunto para gargalhadas, é um assunto para ser levado muito a sério e o que os senhores estão a fazer é a tentar branquear aquilo que está neste relatório.

O relatório pode até ter incorrecções, eu até admito que as tenha. Os inspectores da IGF transcenderam as suas competências, até admito que o possam ter feito, mas a questão política que está aqui, essa, não se pode iludir. E essa questão é uma questão que tem sido sistematicamente colocada aqui na Assembleia.

Eu não digo, porque conheço a vereação da Câmara e a senhora Presidente em particular, que a senhora Presidente é incompetente ou que a vereação é incompetente, ou que não sabem administrar o Município, não é disso que nós estamos aqui a falar. São opções políticas! E essa questão é que é a questão central importante e é isso que está em causa quando há eleições. Nós não estamos aqui a fazer juízo de intenções da capacidade técnica da direcção da Câmara para gerir o Município. Mas o que é verdade é que se nós fôssemos accionistas de uma empresa, preocupar-nos-ia o nível de endividamento desta empresa, se isto fosse uma empresa e não uma Câmara. Porque é que os senhores riem? Estão a rir-se da figura que fazem quando ignoram a realidade? Só se for isso! Santa paciência!



O facto político que está neste relatório é iniludível e se os senhores querem branqueá-lo ou alguém quer branqueá-lo, dizendo que o relatório é extemporâneo, que os técnicos da IGF são todos comprados pelo Sócrates, valha-me Deus! A senhora Presidente ainda ontem esteve de amor e companhia com o senhor Primeiro-ministro, aliás, a obra política deste executivo senhora Presidente, deixe-me que lho diga com toda a franqueza, já o tenho dito, deve-se ao ex-ministro Sócrates actual Primeiro-ministro. Se não fossem as obras do Polis e outras que foram adjudicadas na altura do Governo do Guterres, eu queria saber qual era a herança política que em termos de realizações era deixada no Concelho no final deste mandato. Essa é que é a questão. É isso que está aqui em discussão. É o facto político em si! Não é se o Ministério das Finanças é governamentalizado, se manipula os funcionários que vieram fazer o relatório, ou se eles disseram coisas que não deviam ter dito porque estão, de acordo com a vossa opinião, a meter-se nos assuntos que não devem.

Portanto senhora Presidente, com toda a franqueza e com toda a simpatia e estima, o que está aqui em causa não é um juízo sobre a competência técnica da senhora Presidente e da ilustre vereação para gerir os destinos do Município, o que nós estamos aqui a apreciar é a capacidade ou o resultado melhor dizendo das políticas deste executivo, que a nosso ver e sempre o dissemos aqui nesta Assembleia, são erradas. E o relatório da IGF, com alguns erros ou com algumas omissões, vem colocar o dedo na ferida, com algum atraso eventualmente, mas o problema é de natureza política. É um juízo político sobre a orientação do Município que pelos vistos não é só partilhado pelo PS, há muita gente dentro do PSD que o partilha, se não fosse isso não haviam as guerras que já se têm visto relativamente à possibilidade da eleição ou da reeleição dentro das hostes do PSD.

Portanto meus queridos amigos, eu gosto muito das gargalhadas que aqui ouvi, mas vejam lá se elas não se viram contra os senhores e contra as senhoras.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Eu registo que o senhor deputado está satisfeito com o debate político de hoje. Deixe-me dizer-lhe que a Mesa tem sempre procurado ser isenta em relação a



permitir o tempo possível para o debate político. Se noutras Assembleias o debate político não foi tão edificante a culpa é das bancadas, tanto da maioria como da oposição.

O senhor deputado Pedro Biscaia pediu a palavra e terminaremos a discussão deste ponto com a sua intervenção. Faça favor.

***DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)***

Pedro Biscaia, Partido Socialista.

Eu compreendo, e digo aqui frontalmente com sinceridade, o tipo de argumentação usado pela Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno, Presidente da Câmara Municipal de Leiria, claramente. Agora, é um facto indesmentível, que algumas das afirmações que estão no relatório, e como todos sabem eu nem fiz, porque não tenho capacidade técnica para o fazer nem me compete a mim como deputado municipal, uma análise técnica do próprio relatório, mas de qualquer modo faço a análise política que dele decorre.

Mas dizia eu, é um facto indesmentível que por exemplo, nas várias intervenções do deputado socialista António Sequeira, foram feitas algumas acusações, alguns avisos, algumas recomendações, que estão vertidas neste mesmo relatório. Portanto não venham dizer que há um conluio maquiavélico entre o deputado António Sequeira e os inspectores da IGF.

Eu por exemplo não me esqueço que fiz aqui referência naquilo que escrevi e que li, nos votos piedosos de correcção técnica que o deputado Gomes Luso, que não está aqui mas tenho que o citar, e o meu amigo deputado João Cunha fizeram, em relação à organização das contas do orçamento. E no entanto está lá escrito coisas como estas, uma omissão da dívida, falta de fiabilidade na informação contabilística, prestação de informação incorrecta à DGO, insuficiência dos procedimentos de controlo interno.

No contraditório, e penso que devem ter lido como eu li, feito pela autarquia, algumas coisas são assumidas como tal, algumas até com alguma ingenuidade. Quando por exemplo em relação à dívida per capita é dito que não estamos entre os trinta e cinco primeiros (está na página 24) e depois dão como comparação Ribeira de Pena e Ilha do Corvo com Leiria? Mas serve alguma coisa de comparação Ribeira de Pena e Ilha do Corvo? Francamente!



Depois, eu acho que o contraditório era uma boa oportunidade para rebaterem e não me parece que esteja suficientemente rebatido. Volto a dizer, no meu ponto de vista.

Outra questão é que não há melhorias de lá para cá de alguns dos indicadores, nomeadamente por exemplo da dívida per capita. Também estranho no meu amigo deputado Domingos Carvalho, que as dores da coligação o façam agora ter tão ousado empolamento na defesa desta questão, porque eu lembro-me e bem, por exemplo, da questão das dúvidas técnicas em que ele se absteve, que o deputado Francisco Francisco colocou aqui.

Portanto, nesses anos que vocês dizem que são pré-históricos, arqueológicos, estão vertidos e dão razão a quem na altura exacta fez críticas. E quais eram?

A resposta que sempre havia em relação às críticas era que somos maldizentes, somos maquiavélicos, isto e aquilo e aqueloutro, e não me esqueço nunca daquele célebre episódio em que alguém dizia *"e a mim ninguém me dá lições de gestão"*. Isso foi um episódio triste nesta Assembleia e com certeza que as pessoas se arrependeram daquilo que se passou.

Mas de qualquer modo para terminar, dizer o seguinte:

Se o contraditório não é suficientemente claro, não é suficientemente veemente, eu não sei eu estou aqui a propor, processem por difamação quem fez este relatório putativamente manipulado. Processem! O bom-nome de Leiria e da Câmara está em jogo. Se isto tudo é uma aldrabice, se isto tudo é uma manipulação, processem, denunciem. É só!

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, saúdo também aquilo a que vamos passar a chamar os penalty's. Depois do jogo entrámos nos penalty's!

Amigo Pedro, a minha questão relativamente a este relatório começa exactamente no respeito que eu tenho pelas intervenções que o nosso colega de Assembleia, Sequeira, tem feito. São exemplares de análise técnica e são a



referência ou uma das referências que nós aqui podemos ter. Não preciso disto para nada, tão simples quanto isto. O que está em causa é que este monte de papelinhos traz aqui um conjunto de recomendações que estão fora do prazo de validade (aumento de taxas, venda de património), enfim, coisas que hoje não têm validade no contexto actual. Isto prova que isto tinha um determinado objectivo, é apenas isso que está em causa. E era importante que os meus amigos tivessem consciência disso. Eu como não sou funcionário público, estou como em relação às bruxas, eu não acredito nelas mas que há há! Eu não sei se há manipulação da função pública, sei que há determinados funcionários públicos que se queixam disso e o amigo José Manuel Silva sabe que isto é verdade, sabe bem que isto é verdade.

Eu ainda há bocadinho antes de vir para aqui, estava a comer qualquer coisa à pressa e estava a ver as notícias e vi um determinado funcionário da Direcção-geral do Ambiente que tinha emitido um parecer sobre a questão do Freeport, a dizer que tinha sido feito um determinado parecer e que foi afastado. Foi o homem que estava a dizer. Eu não sei se foi manipulação, mas era ele que estava a dizer. Eu vi! Se calhar era incompetente, pois, não fez o que o Sócrates queria é incompetente! Todos os que não fazem o que o Sócrates quer são incompetentes. E portanto, aquilo que para mim é relevante, é que esta Assembleia até tem gente capaz que tem produzido documentos capazes para apreciação do estado da nossa situação económica, que ninguém diz que é boa. Agora, para vir dizer isto nesta altura, é que também são os meus impostos que aqui estão.

Em relação ao que o nosso amigo e deputado José Manuel Silva aqui trouxe, eu queria dar-lhe uma ideia.

É que em última instância, utilizando o exemplo do senhor Silva, nós fazemo-nos finos. Sabe o que é fazer-se fino senhor deputado? É aquele senhor fino que foi à Caixa Geral de Depósitos, quando não há dinheiro vai-se à Caixa Geral de Depósitos que é o banco do Estado, que empresta dinheiro em determinadas condições, especiais, para determinadas pessoas. É o fino! E nós temos que ser finos.

Em última instância, aquilo que acontece na actividade económica, quando o senhor Silva não consegue vender os apartamentos, o banco fica com eles.



Portanto, aqui em relação ao empréstimo do Estádio, nós sabemos todos e sabemo-lo bem, que a questão do endividamento sendo sério também sabemos que aquilo que a banca quer é receber, e também sabemos que é sempre possível fazer renegociações, como nunca hoje são possíveis fazer, e a senhora Presidente sabe isso. Não vamos aqui nem levar as coisas para um lado nem para o outro, a situação é a que é, agora não preciso destes senhores para me o dizer, há muito tempo que nós o dizemos, nós CDS/PP, e por isso nos comprometemos a ajudar a tentar melhorar as situações. É uma questão de compromisso. É que eu não preciso do papá para vir dizer “olha estes é que são sérios”, nós não somos sérios? A nossa opinião não presta? Na minha opinião, os meus parabéns ao vosso camarada de bancada, senhor Sequeira, aquilo que ele dizia eu ouvia com atenção, isto que está aqui é papel, não serve para nada. Foi o meu penalty. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Por último o senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Eu tenho que concordar com o deputado José Manuel Silva porque ele colocou a questão central exactamente nesta Assembleia. Isto é uma questão política, é claramente uma questão política. O que está aqui em causa e que há longos anos neste Concelho se centra fundamentalmente é a questão do Estádio. Não tenhamos ilusões, não andemos aqui às voltas, a Câmara assumiu fazer o Estádio e a partir daí foi crucificada por isso, não vale a pena andarmos aqui com ilusões. Tudo isto que estamos aqui a falar tem a ver com o Estádio e portanto eu recomendo às pessoas que leiam a página onze do anexo IV, onde se refere que o Estádio Municipal de Leiria se integrava no projecto nacional do EURO 2004, e portanto Leiria deu o contributo para o projecto nacional do EURO 2004, e está a pagar por isso. Nomeadamente nessa mesma página refere-se, que inclusivamente teve que pagar juros de empréstimos, porque a CCDR não tinha dinheiro disponível para os estádios de Leiria, Coimbra e Aveiro, e Leiria teve que



pagar por isso, e que isso veio a ter efeitos significativos nas despesas, está lá escrito.

Portanto, é preciso que as pessoas percebam que isto é efectivamente uma questão política e por ser uma questão política é que a maioria do PSD e do CDS/PP com o acordo parlamentar que aqui têm, sempre aprovaram os orçamentos da Câmara Municipal. Foi uma questão política, nós assumimos que foi uma questão política e porque nós somos solidários com a Câmara que está aqui a defender os interesses do Concelho que nós sufragamos e não fugimos a isso. Mas não entendemos que isso nos isenta da responsabilidade de uma reflexão crítica sobre as situações, e é por isso que nós, todos os deputados da maioria, têm tido intervenções aqui no sentido de chamar a atenção muitas vezes e pontualmente sobre questões que envolvem o desenvolvimento do Concelho e que não concordamos inteiramente com o Município. Agora é preciso que as pessoas de uma vez por todas saibam que o PSD que aqui está representado nesta Assembleia Municipal obviamente apoio os esforços que a Câmara Municipal de Leiria está a fazer no sentido de levar a bom termo este encargo que foi criado no âmbito de um projecto nacional do EURO 2004. Isto que fique bem claro.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

A senhora Presidente quer usar da palavra. Faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Sim senhor Presidente, mas vou ser muito rápida.

Primeiro queria agradecer os elogios tão grandes do deputado José Manuel Silva, sobretudo quando diz que sou artista, tenho garantido o futuro, não sei é onde (talvez nos passeios do Polis), mas é preciso que fique claro que o Polis não foi financiado pelo Governo. Já chega de uma vez por todas andarmos a ouvir sempre a mesma coisa.

No terceiro quadro comunitário de apoio, foi decidido pelo então senhor Ministro José Sócrates, que determinadas verbas (que nos passados quadros comunitários eram distribuídos por não sei quantos programinhas pelas cidades todas e que





não dava nada) eram concentradas em determinadas cidades, mas eram verbas do Quadro Comunitário de Apoio.

O financiamento do Polis não foi o Eng.º Sócrates que o deu! É que às vezes parece que a conversa não fica clara. Não foi! Foi financiamento dos fundos comunitários e os fundos comunitários não são do Governo, são de todos nós. Ouça, é uma coisa que me irrita solenemente e tenho que dizer aqui, é quando nós vemos o Governo a andar por aí a assinar contratos para apoio a centros educativos. Mas é o Governo que está a dar o dinheiro para o centro educativo? É o QREN! São fundos comunitários! Eu acho que isto é um aproveitamento político indecente e tenho que lhe dizer, é a mesma conversa em relação ao Polis. O Polis não foi um programa financiado pelo Governo, foi um programa financiado pelos fundos comunitários, na altura III QCA.

Eu não percebo, quando faz a conversa do senhor Silva. A conversa do senhor Silva faz sentido por que ele pôs os prédios à venda e ninguém lhes pegou. Alguma vez o topo Norte foi posto à venda? Nunca foi! É a verdade dos factos! O senhor deputado José Manuel Silva sabe que o topo Norte nunca foi posto à venda, e portanto não podemos dizer que ninguém lhe pegou, porque naturalmente só tínhamos a certeza se fosse feita uma hasta pública com determinado valor e ninguém tinha vindo comprá-lo...

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)***

Oh senhora Presidente peço desculpa, porque não quero estar a interromper, mas se vamos encontrar aqui um ponto de equilíbrio para esta conversa é assim: Isso que a senhora está a dizer é verdade, mas a questão acho que já toda a gente percebeu, ou seja, o topo Norte se tivesse sido resolvido no momento em que o estádio foi acabado tinha deixado de dar problemas.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Senhor deputado, eu já percebi o que é que quer saber, agora eu só quis explicar que o exemplo que deu do senhor Silva não é verdade porque ele nunca foi posto à venda, quando fosse posto à venda através de uma hasta pública e chegasse à conclusão que não há quem queira, então nessa altura nós temos razão para dizer o que estava a dizer o senhor deputado, mas nunca foi. Por razões



estratégicas nunca foi! O senhor pode discutir bem ou mal, isso é a tal questão política, claro, mas a verdade objectivamente é que nunca foi posto à venda.

Depois só duas notas finais.

Diz que isto é uma questão política. Pois é! Mas a IGF não tem o direito de fazer política nos seus relatórios. Aí é que está o problema. Mas é que a IGF faz observações estratégico-políticas no seu relatório, não são vocês, vocês devem fazê-lo, e é aqui que o devem fazer. Infelizmente na Câmara não foi assim, por isso é que eu estou muito contente porque aqui foi, na Câmara não foi assim foi feita na praça pública, o que é de lamentar.

Mas passando isso o que eu tenho a dizer é, aqui é fazer política, agora a IGF faz análise política quando o não devia fazer.

Como os senhores sabem há muitos relatórios da IGF que são feitos pelo País fora, que dão como consequência queixas à Procuradoria-geral da República e queixas ao Ministério Público, é preciso notar que não há queixa a nada disso, ou seja, há uma situação financeira difícil é verdade, mas não há irregularidades, nem faltas de transparência nem ilegalidades. Não há nem sequer um único momento em que se diz que há intenção de se comunicar seja a quem for. E mais, quando o deputado José Manuel Silva diz que se a Câmara fosse uma empresa, em determinado momento o deputado Pedro Biscaia andou a repescar os comentários negativos, mas eu até tenho aqui um e foi o único que eu repesquei porque saltou à vista, e diz a IGF " *Em qualquer dos períodos referidos, os activos financeiros do Município de Leiria são sempre superiores aos seus passivos financeiros. Pelo que, no limite, nem sequer se pode afirmar que a autarquia apresenta endividamento líquido*". Isto é a análise financeira de uma empresa, sem dúvida nenhuma, está aqui escrito por eles.

Mas mesmo esta análise, apesar de ser muito favorável, porque é, é política, não devia ser. Eles deviam fazer uma análise puramente técnica. Eu acho que a IGF está a exceder aquilo que são as suas competências. E não é só a IGF, e aí entramos naquilo que dizia o deputado Domingos Carvalho, porquê? A IGAL está a meter-se em trabalhos, felizmente connosco não, mas noutras autarquias, coisas que eu ouço na Associação Nacional de Municípios, que nunca aconteceu. Isso é que é de lamentar, ou seja, nota-se que estes organismos públicos



dependentes do Estado, estão a interferir na gestão e na autonomia política das autarquias o que não é correcto.

Só uma nota final em relação a uma afirmação que o deputado Pedro Biscaia fez, e que interessa repor.

Eu em determinada altura numa Assembleia fiz aqui uma observação de que não aceitava lições de gestão de ninguém. Eu aceito lições de gestão de toda a gente, as pessoas sabem que é verdade. Agora o que eu disse foi, de quem vinha eu não aceitava lições de gestão, é diferente. Muito obrigado senhor Presidente.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Em relação à observação do senhor deputado José Manuel Silva, devo dizer que não é verdade que se conceda sempre a palavra final à senhora Presidente. É assim que está no Regimento, e além do mais neste debate houve penalty's quando não havia necessidade de atribuir a vitória a nenhuma equipa porque não há votação.

Sendo assim, eu penso que já discutimos longamente sobre isto, eu saúdo até o elevado nível do debate, que não trouxe nenhuma agressão nem física nem moral nem psicológica, e passávamos então ao ponto n.º 4.

**4. FINANCIAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS ATÉ AO MONTANTE DE €10.685.800,00 (DEZ MILHÕES, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS EUROS), SENDO €6.411.480,00 (SEIS MILHÕES, QUATROCENTOS E ONZE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA EUROS), CORRESPONDENTES A 60% DO TOTAL DE FINANCIAMENTO, A CONTRATAR JUNTO DE INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO, E €4.274.320,00 (QUATRO MILHÕES, DUZENTOS E SETENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E VINTE EUROS), CORRESPONDENTES A 40% DO TOTAL DE FINANCIAMENTO, A CONTRATAR JUNTO DA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E DAS FINANÇAS, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 191-A/2008, DE 27 DE NOVEMBRO – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO, APLICÁVEL AOS MUNICÍPIOS POR FORÇA DO DISPOSTO NO SEU N.º 1 – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhora Presidente deseja dar algum esclarecimento? Faça favor!



***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Eu queria só dar aqui uma nota.

Relativamente à lógica de funcionamento deste empréstimo e deste financiamento, é exactamente o do programa Pagar a Tempo e Horas, não vale a pena estar aqui a explicar. Está devidamente explicado.

Eu queria aqui realçar, porque se impõe, que como é sabido este empréstimo como foi o do Pagar a tempo e Horas, é constituído por duas componentes. Uma componente que é emprestada pelo Estado e a outra pela banca comercial. E queria aqui realçar porque se impõe mesmo, que o empréstimo da banca comercial que ganhou, depois da análise das propostas solicitadas pelo Município, foi o da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, com uma proposta extraordinária do ponto de vista de condições, ou seja, a Euribor mais Spread é de 0,2%. É inédito! Eu tenho falado com mais colegas que aderiram ao Programa Pagar a Tempo e Horas e não queriam acreditar quando eu lhes falei nestes valores. E portanto, eu acho que a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo está aqui a ter claramente uma atitude social e de interesse do Concelho, e por isso queria deixar isto aqui relevado porque é absolutamente justo e merecido.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora Presidente.

Tem a palavra o senhor deputado Luís Pinto.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Naturalmente que a análise deste ponto quase nos poderia fazer recuar ao ponto anterior e daqui poder dissecar-se as razões porque chegámos à necessidade de obter este empréstimo.

Antes de mais é preciso dizê-lo, o Partido Socialista subscreve esta iniciativa da autarquia e acha que é muito importante que se possa pagar no mais breve e curto espaço de tempo estes valores às empresas que deles são os credores.

Lamentavelmente e isto é um processo que se tem arranjado nos últimos anos, o Estado e as autarquias têm recorrido permanentemente ao crédito das empresas não autorizado e negociado até com melhoria de valores àqueles anunciados agora pela senhora Presidente em relação à Caixa Agrícola, porque depois não há



pagamento de juros na maior parte dos casos. Eu não percebi, inclusivamente penso que foi um bocado impensado o que disse há pouco o deputado João Cunha, quando diz que não havia problema nenhum. Naturalmente que para o deputado João Cunha não deve haver problema nenhum porque ele não tem nenhuma empresa e não percebe que uma empresa esperar duzentos e setenta dias ou duzentos e oitenta por um pagamento de milhares de euros que põe em causa muitas vezes os postos de trabalho e que já levou muitas empresas deste país à falência por este tipo de atrasos, eu percebo que não incomode muito, mas logicamente são situações graves que se não desejam e portanto é muito positivo que a autarquia possa recorrer a este tipo de empréstimo. Naturalmente que isto nos poderia levar a outro tipo de discussão, pela forma como foi aplicado o dinheiro, é evidente que isto também vem trazer um pouco acima algumas situações e algumas perguntas de assembleias municipais anteriores, de qual era o valor da dívida, prazos de pagamento que a autarquia nunca foi muito clara, nós nunca conseguimos perceber e que agora com a necessidade de concorrer a estes financiamentos se torna mais claro e vem de encontro às preocupações que vínhamos demonstrando, mas eu sobretudo queria deixar aqui um ponto de reflexão em relação aos senhores Presidentes de Junta e em relação à autarquia. O Partido Socialista tem vindo a aprovar e nos pontos seguintes vai voltar a fazê-lo, os protocolos entre a Câmara Municipal de Leiria e as Juntas de Freguesia, porque consideramos que têm factores de importância. Mas quando chegamos a este tipo de programas e este tipo de protocolos ficam de fora da possibilidade de poderem também recorrer a ajudas para que mais rapidamente possam ser desfeitos os compromissos, levantam-nos a pergunta se este tipo de estratégia de passar para as Juntas de Freguesia a responsabilidade financeira, será a estratégia mais adequada, porque sabemos e já várias vezes houve aqui denúncias de vários Presidentes de Junta, dos atrasos também em relação ao pagamento, em que há aqui uma transferência de poderes, e que no caso destes programas ficando a descoberto levanta ou pode levantar problemas dessa matéria. Pelo que, desde já, o nosso pedido em relação à autarquia, como sempre temos feito, é que haja a atenção da autarquia em relação ao cumprimento dos protocolos e que em prazos perfeitamente curtos e aceitáveis estes compromissos sejam satisfeitos, e as empresas que no fundo vão fazer



estas obras com as Juntas não tenham que esperar também prazos exagerados e que lhes possam levantar dificuldades. Era este ponto de reflexão sobretudo que lhes queríamos trazer.

Naturalmente que nos preocupa este endividamento da autarquia e isso já foi tratado sobejamente no ponto anterior, mas queríamos colocar sobretudo esta ideia e seguir aquilo que fez a nossa vereação na reunião de Câmara e vamo-nos abster neste ponto. Sendo certo que, em termos de iniciativa e perante a dívida, o melhor é pagar e quanto mais depressa melhor. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Uma vez mais tenho que vir aqui motivado pela intervenção, no caso, do deputado Luís Pinto. Este era um tema pacífico, mas há duas ou três notas que a intervenção do deputado Luís Pinto me obrigam a ter que fazer.

Em primeiro lugar senhora Presidente uma vez mais parabéns. Pelos vistos este programa deve ter sido feito em especial para si. Mas eu estou seriamente preocupado, juro que estou, porque quando o deputado Luís Pinto diz aqui que recorrer a este programa a situação que levou a isto, eu de facto fico preocupado. Porque sítio que acontece aqui na Câmara de Leiria, acontece em trezentos e sete Municípios deste país, por acaso há um Município deste país que não recorre a isto, sabe o deputado Luís Pinto qual é? Se calhar não sabe! Ponte de Lima! A questão leva a um ou dois aspectos sérios.

Em primeiro lugar, a questão do prazo médio de pagamento da Câmara é evidente que é um problema, é evidente que é uma preocupação, agora há uma questão que também não podemos deixar de referir. A mim preocupa-me não pelo lado dos fornecedores, preocupa-me pelo lado da Câmara, pela incapacidade negocial em termos de obtenção de melhores preços porque os juros podem não ser cobrados mas estão incluídos no preço. Isso é que me preocupa. Na maior parte dos casos pode acontecer este tipo de situação e as pessoas sabem que eu estou a falar verdade pelo que estou a dizer. Porque genericamente em relação



aos fornecedores, eu nunca me esqueço que o meu pai me dizia quando era pequenino, para eu ir trabalhar para o Estado porque era garantido. E portanto, ter uma factura da Câmara, quer seja através de factoring quer seja através de financiamento de facturas, é muito facilmente resolvido.

Eu espero, obviamente, e é um pedido que faço à senhora Presidente, que esta maior disponibilidade possa também contribuir para facilitar e aumentar a velocidade de pagamento às Juntas de Freguesia através dos protocolos, mas isso acho que é obvio e que é decorrente desta situação.

Penso que a senhora não tem lá um mealheiro para meter o dinheiro que vai sobrar. Muito obrigado.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

A minha intervenção obviamente que não é para responder às observações que o deputado Luís Pinto fez de carácter pessoal, porque acho que não merecem resposta.

A minha intervenção fundamentalmente tem a ver com o aspecto político digamos que está enquadrado neste ponto, e que tem a ver exactamente com aquilo que eu referi anteriormente, ou seja, a Câmara de Leiria neste momento continua a procurar soluções para a situação financeira que obviamente existe e que é do conhecimento geral, e portanto o que eu quero sublinhar aqui é essa atitude de procura de soluções e procura de assegurar que o desenvolvimento concelhio vai continuar a acontecer. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora Presidente deseja responder? Faça favor!

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Sim é muito rápido.

É para explicar ao senhor deputado Luís Pinto que estes empréstimos são contraídos de acordo com regras muito claras, de acordo com a lei. E portanto, o dinheiro que vem é aplicado naquele conjunto de facturas que são enviadas para



visto do Tribunal de Contas e que previamente são enviadas quando nos é autorizado o recurso a este empréstimo. Portanto é para aquilo e mais nada.

Os prazos médios de pagamento são bem claros, sempre foram, se perguntar se são aqueles que gostaríamos de ter é claro que não, gostaríamos de ter muito melhor, mas a verdade é que são claros. O que fica dentro é de acordo com a lei, as Juntas de Freguesia não ficam dentro porque a lei só permite pagar a fornecedores, o que significa que vai libertar dinheiro naturalmente, como dizia o deputado Domingos Carvalho, para os pagamentos às Juntas de Freguesia.

Mas só deixar aqui a nota que também é um assunto que é recorrente.

Ninguém obriga nenhuma Junta de Freguesia a fazer protocolos. Só fazem as que querem fazer, que fique claro de uma vez por todas, porque às vezes dá ideia de que estamos a obrigar. E naturalmente que é com todo o gosto que nós o fazemos mas convictos que estamos que fazem melhor e mais barato do que sendo a Câmara a fazer.

Uma informação adicional, porque eu tenho aqui um documento e que se impõe, é que com a contracção deste empréstimo e o pagamento imediato aos fornecedores, a dívida real a fornecedores, retirando os factorings, porque não são dívidas a fornecedores são dívidas ao banco e portanto não conta para dívida real na economia real, são cedências de crédito, e estamos a falar de um ano que não vieram ainda impostos nenhuns, normalmente vêm a partir de Abril, fica em cerca de três milhões e oitocentos mil euros, o que é uma evolução enorme face àquilo que nós estivemos a falar há pouco. E para não se dizer que só dizemos mal, é evidente que esta solução do Governo, do Pagar a Tempo e Horas e esta, é uma solução com grande preocupação social e mais este ano com a preocupação da crise, portanto é de louvar.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora Presidente.

Vou colocar este assunto à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Doze abstenções.

**A Assembleia Municipal de Leiria, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a**





redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria com doze abstenções autorizar, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, aplicável aos Municípios por força do disposto no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, a contratação do presente empréstimo de médio e longo prazos junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria à taxa fixa de 3,25% a vigorar durante toda a vida do empréstimo, até ao montante de €10.685.800,00 (dez milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e oitocentos euros), correspondentes a 60% do total do financiamento, a contratar junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria à taxa fixa de 3,25% a vigorar durante toda a vida do empréstimo, e €4.274.320,00 (quatro milhões, duzentos e setenta e quatro mil trezentos e vinte euros), correspondentes a 40% do total do financiamento, a contratar junto da Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças.

**5. TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2009 – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhora Presidente deseja dar algum esclarecimento?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Interessa talvez dizer que normalmente nesta altura vem cá esta tabela de taxas para ser actualizada de acordo com o índice de preços ao consumidor, este ano por razões obvias de conjuntura entendemos não fazer qualquer tipo de actualização e portanto é manter exactamente as taxas que estão em vigor.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Alguém quer discutir este ponto?

Vamos então votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a proposta do executivo e manter os valores das taxas municipais que estão em vigor, para o ano de 2009.

**6. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;**

Alguém quer discutir este ponto?

Vamos então votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar os protocolos de delegação de competências em Juntas de Freguesia.

**7. AFECTAÇÃO DE IMÓVEL AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, POR INTEGRAÇÃO NO ARRUAMENTO PÚBLICO QUE EFECTUA A LIGAÇÃO FÍSICA ENTRE A RUA EGAS MONIZ E A RUA SERPA PINTO, NA FREGUESIA E CIDADE DE LEIRIA – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Alguém quer discutir este ponto?

Vamos então votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade aprovar a afectação ao domínio público municipal por integração no arruamento público que efectua a ligação física entre a Rua Egas Moniz e a Rua Serpa Pinto, na Freguesia e cidade de Leiria, do prédio urbano inscrito na matriz predial da Freguesia de Leiria, sob o artigo n.º 179º e descrito sob o n.º 713, cedido ao Município de Leiria em 28 de Maio de 1992, e era composto de terreno e casa de habitação

**8. MAPA DE PESSOAL EM VIGOR PARA O ANO DE 2009 – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;**



***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhora Presidente deseja dar algum esclarecimento?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Só para dizer que o mapa de pessoal inicial veio aqui juntamente com o orçamento para 2009 na sessão de Dezembro e foram depois feitas correcções, porque foi tudo picado um a um e este é o resultado das correcções que foram feitas. Na altura foi feito e depois não houve tempo de fazer as correcções de afectação nos devidos departamentos, se as pessoas estavam todas certas se não estavam e portanto trata-se apenas de uma correcção nalguns casos e noutros de redistribuição pelos departamentos.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Silva.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)***

Só uma nota nesta matéria.

O quadro de pessoal, vulgarmente entendido como um instrumento administrativo, nós entendemos que dada a tipologia das autarquias, que esta matéria não deve ser encarada apenas como uma mera questão de natureza administrativa uma vez que, o organigrama e o carácter organizativo da autarquia reflecte naturalmente um conjunto de opções políticas relativamente às quais pode haver discordâncias. A nossa posição nesta matéria é de abstenção.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Vamos colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Doze abstenções.

**A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea n) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por maioria com doze abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria contida em sua deliberação de**



**17 de Fevereiro de 2009, cujos conteúdos incidem sobre as alterações ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009 e o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, nos exactos termos da mesma deliberação da Câmara Municipal de Leiria**

**9. NOMEAÇÃO DE 4 REPRESENTANTES PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LEIRIA (CPCJ) – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO;**

Em relação ao ponto n.º 9, há uma lista consensual e portanto os elementos que se propõem são os seguintes:

Laura Esperança indicada pelo PSD, Sílvia Lopes indicada pelo PS, Vitorino Pereira pelo Bloco de Esquerda e Dr. Mário Bento indicado pelo CDS/PP.

Alguém deseja discutir este assunto?

Vamos colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a lista única e consensual, e nomear como representantes na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Leiria Laura Esperança, Sílvia Lopes, Dr. Vitorino Pereira e Dr. Mário Bento. Mais delibera, que seja dado conhecimento desta deliberação à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Leiria.**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Antes de terminarmos e antes de se levantarem, chamar a atenção para o facto de que foi votado aqui favoravelmente, uma proposta de constituição de uma Comissão de Acompanhamento da construção da ETES. Como metodologia para organizar esta Comissão, eu pedia ao representante da bancada da maioria, deputado João Cunha, que assumisse a iniciativa de contactar os outros grupos para cada que um indicasse os seus elementos. Concorda com esta metodologia? Muito bem.

Sendo assim, dou por terminados os nossos trabalhos de hoje desejo-vos uma boa noite e um bom fim-de-semana e até à próxima sessão que será em Abril e em princípio noutra Freguesia.



### **ENCERRAMENTO**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão eram 23.45 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse o seu teor para a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Técnico, transcrevi e subscrevo. -----

### **APROVAÇÃO DA ACTA**

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 28 de Abril de 2009, deliberou por maioria, sete abstenções, aprovar a acta. -----

Leiria, aos 28 dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove. -----

**O Presidente da Assembleia**

**Manuel de Jesus Antunes**

**A Assistente Administrativa Especialista**

**Teresa Paula Pinto**